



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 30/2022

CONTRATO N. 30/2022/TRE/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002624-28.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 46/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA CLARO S.A., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E BANDA LARGA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e do CPF *****.106.849-****, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, 780 – Bairro Santo Amaro. São Paulo, SP – Brasil. CEP: 04.709-110. Telefone(s): (69) 2181-8195 / (69) 99225-6203/(91) 98412-3323, neste ato representada por seu gerente executivo de contas, **CRISTIANO MARCELO DA SILVA**, brasileiro, portador do RG nº. ****434.***-2/SSP-SP** e do CPF nº. *****.347.602-****, e E-mail(s): cristiano.silva@embratel.com.br, e por seu gerente executivo de vendas, **EDILSON RAMOS PEREIRA FILHO**, brasileiro, portador do RG nº. 9371 CREA/PA e do CPF nº. 391.821.182-72, e E-mail(s): edramos@embratel.com.br, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos e consoante: Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 1372/2022-PRES/DG/GABDG, de 23/10/2022 (evento [0923510](#)); Termo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Homologação do Pregão Eletrônico constante no Despacho n. 1477/2022-PRES/DG/GABDG, de 23/11/2022 (evento [0941608](#)); Determinação para lavratura do Contrato constante no Despacho n. 3326/2022-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (evento [0944355](#)), de 25/11/2022, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Art. 55, I, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de links de comunicação redundantes para prover acesso à internet a toda Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das Eleições, de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, proposta da CONTRATADA, conforme detalhamento na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Objeto			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento	03
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	30

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 4 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Segunda – Mediante a assinatura deste instrumento também está sendo assinado o “Termo de Responsabilidade e Sigilo” indicado no Termo de Referência respectivo (Anexo III) e reproduzido no Anexo I deste instrumento, o qual deverá ser integralmente cumprido pela CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

(Art. 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O serviço objeto deste contrato está dividido da seguinte forma:

I) - Item 01 – Link de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;
2. Serviço dedicado de acesso à internet com os seguintes requisitos do enlace:
 - 2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pelo CONTRATANTE;
 - 2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;
 - 2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;
 - 2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;
3. A CONTRATADA deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:
 - 3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.
 - 3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);
 - 3.3. A CONTRATADA deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;
4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. A CONTRATADA deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a CONTRATADA não poderá refutar os meios utilizados pelo Contratante para aferir as velocidades contratadas.

5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pelo CONTRATANTE ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

8. Ativos de rede (roteadores; modems):

8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para o CONTRATANTE;

8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;

8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;

8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da CONTRATADA;

8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

9. Local de instalação:

a) Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO, CEP 76.805-901.

II) Suporte Técnico e SLA (Acordo de Nível de Serviço)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. A CONTRATADA deverá prestar suporte a contratante por meio de **telefone 0800, Sistema WEB e/ou e-mail, durante 24h/dia, 7 dias/semana**, inclusive sábados, domingos e feriados;
2. O tempo máximo para atendimento dos chamados será de:
 - 2.1. **6h (seis horas)** após a abertura do chamado para os **links dedicados de Internet**;
 - 2.2. No período compreendido entre os 07 (sete) dias que antecedem e os 02 (dois) dias que sucedem a data de pleitos eleitorais, o tempo de solução dos problemas nos serviços poderá ser reduzido até pela metade do tempo;
 - 2.3. As partes acordarão a redução do tempo de solução dos problemas nos serviços com antecedência de 15 (quinze) dias do início do período.
3. Os links deverão atender aos seguintes níveis de qualidade:
 - 3.1. **Links dedicados de Internet:**
 - 3.1.1. disponibilidade do enlace maior do que **99,7% (noventa e nove e sete décimos por cento)**;
 - 3.1.2. perda de pacotes menor que **2% (dois por cento)**;
 - 3.1.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**.
4. Qualquer funcionamento fora dos parâmetros definidos no item 3 desta seção (**Suporte Técnico e SLA**) será considerado como link indisponível até que os parâmetros voltem a ser atendidos;
 - 4.1. A indisponibilidade do link dentro do SLA previsto sujeita a CONTRATADA a desconto na fatura mensal, proporcional ao tempo de indisponibilidade;
 - 4.2. A indisponibilidade do link acima do SLA previsto terá seu desconto calculado em dobro, sem prejuízo às demais penalidades previstas neste contrato;
5. A verificação do cumprimento do SLA definido no item 3 desta seção (**Suporte Técnico e SLA**) será feita com base em **monitoramento por ferramenta ZABBIX ou VMware Operations Manager** da contratante e/ou outra oferecida pela CONTRATADA, desde que aceita pelo CONTRATANTE na **reunião inicial** das partes. Considerando que:
 - 5.1. O PNF – Período de Não Funcionamento do link será computado em minutos a partir da indisponibilidade do enlace;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2. O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) obrigatoriamente feito por um dos técnicos da Seção de Infraestrutura e Comunicação do TRE-RO, ou outra que venha a se responsabilizar pela fiscalização deste contrato, sendo necessária a identificação deste técnico responsável pelo fechamento do chamado;

5.3. O somatório mensal de PNF em minutos (“períodos de não funcionamento do link”) será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento do SLA, e será tomado como base para a aplicação de todos os descontos e penalidades previstas neste documento devido ao não cumprimento deste requisito;

5.4. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h ao CONTRATANTE, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do TRE-RO;

III) Prazos de instalação

1. A CONTRATADA deve seguir os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de serviço:

1.1. **Instalação** de novo circuito ou alteração de endereço:

- a) Links **dedicados** de Internet em até **30 (trinta) dias corridos**;
- b) Excepcionalmente, os prazos de instalação poderão ser alterados, desde que acordado previamente entre as partes;

1.2. Após a instalação, o enlace iniciará sua operação por um Período de Funcionamento Experimental - PFE, para testes e ajustes, de:

- a) 15 dias corridos, no caso dos links dedicados;

1.3. Em caso de interrupção do funcionamento do serviço contratado durante o período experimental, um novo PFE terá início a partir da reativação do serviço;

- a) A interrupção referida no item anterior poderá ocorrer, no máximo, duas vezes, após esse limite poderão ser aplicadas as penalidades previstas;
- b) Passado o PFE sem ocorrências, o recebimento da instalação será automático, e o circuito estará apto para faturamento;
- c) No caso de links instalados para atender períodos curtos e predeterminados, a interrupção dos serviços que prejudique o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

1.4. Desinstalação de circuitos, inclusive recolhimento de equipamentos, em até 10 (dez) dias corridos;

a) Em casos de evento com período informado (início e fim) na solicitação de instalação, o recolhimento deve ocorrer no dia seguinte ao final do evento, o recolhimento poderá ocorrer na sede do respectivo cartório eleitoral, caso assim seja acordado durante a instalação;

b) Para fins de faturamento, será considerado a data do pedido como último dia de funcionamento do circuito, para tanto, o TRE-RO se compromete a não mais utilizar o referido;

c) Equipamentos que não forem recolhidos em até 1 (um) ano, poderão ser incorporadas ao patrimônio do Contratante e/ou classificados como inservíveis para fazer parte de processos de doação;

IV) Taxa de Instalação e Pagamento Proporcional

1. Será admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 1 (uma) mensalidade na implantação dos links ou em eventuais alterações de endereços;

DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA COMUNS A TODOS OS ITENS

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto aos requisitos de segurança, CONTRATADA deverá observar o que segue:

I - As empresas fornecedoras da solução são integralmente responsáveis pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo TRE-RO ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de repasse, de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado pelo TRE-RO, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - empresas deverão possuir nas suas instalações e/ou onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall e sistemas antivírus.

III - Deverá ser assinado **Termo de responsabilidade e sigilo** pelas contratadas de cada solução, por meio de seu representante legal, estabelecendo o compromisso de não divulgar, não reproduzir e não utilizar nenhum assunto tratado ou produto resultante da prestação de serviços objeto da licitação, conforme **ANEXO III DO TR**.

IV - A Contratada compromete-se, também, a adotar boas práticas de segurança da informação, caso ainda não tenha uma política de segurança da informação implantada, e exigir que cada profissional a serviço da empresa tome ciência do **Termo de responsabilidade e sigilo** assinado pela Contratada.

V - O correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do TRE-RO poderão, a exclusivo critério do TRE-RO, ser objeto de controle e auditoria.

VI - A Contratada deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

VII - Como boa prática, a Contratada poderá manter em seus quadros técnicos especialistas em segurança e, também, prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

VIII - A Contratada deverá configurar de maneira apropriada os elementos de rede para habilitar o log dos eventos da rede do TRE-RO, tais como conexões externas e registros de utilização de serviços (arquivos transferidos via FTP, acessos a páginas web e tentativas de *login* não autorizado).

IX - A Contratada deverá notificar imediatamente ao TRE-RO sempre que for detectada ameaça ou ataque à rede contratada, informando o tipo da ocorrência a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

X - A Contratada deverá aplicar e manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, utilizados para atender ao TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, realizada na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço global, por item.

DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – Tratando-se de faculdade conferida pelo no art. 72 da Lei n. 8.666/93, fica vedada a subcontratação dos Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para os Links de Acesso à Internet Dedicados, devendo a Contratada possuir infraestrutura própria para prestá-lo fim-a-fim, ou seja, do Data Center do TRE-RO até aos Sistemas Autônomos (AS);

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura no sistema eletrônico de informação – SEI, e poderá vir a ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93, por igual período.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – O valor estimado deste Contrato é de **R\$ 203.652,85 (duzentos e três mil seiscientos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)**, para todo o período de vigência contratual, conforme proposta da CONTRATADA e detalhamento a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento	03	0,00	0,00
	Link de acesso à Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	30	6.788,42	203.652,85
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO R\$ 203.652,85 (duzentos e três mil seiscientos e cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)					

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução do presente Contrato correrão inicialmente à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia de 2022, no Programa de Trabalho: 02122003320GP0011 e Natureza da Despesa: 33.90.40, conforme Nota de Empenho nº. 2022NE000785, datada de 28/11/2022 (evento [0946302](#)), a ser reforçada, caso necessário, e para os demais exercícios as despesas com a execução correrão à conta dos recursos constantes das propostas orçamentária do TRE-RO, consoante detalhamento orçamentário a seguir:

TIPO DE ORÇAMENTO	ITEM DE DESPESA DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	PLANO INTERNO
Ordinário	Contratos de Serviços de acesso à internet via links dedicados	TIC COMRED



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO REAJUSTE

(Art. 55, III, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - Os preços dos serviços contratados serão reajustados anualmente pela variação do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para a apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{IST - I}{IST} \times 100$$

Onde:

I) para o primeiro reajuste:
R = reajuste procurado;
I = índice relativo ao mês do reajuste;
Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

II) para os reajustes subsequentes:
R = reajuste procurado;
I = índice relativo ao mês do novo reajuste;
Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado.

Subcláusula Única - O valor reajustado poderá ser registrado por intermédio de Apostila.

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Os pagamentos deste objeto à CONTRATADA serão efetuados mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 10 (dez) dias corridos contado da data em que for devidamente atestada a Fatura/Nota Fiscal pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços, observado o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços mensais e/ou eventuais executados e os respectivos valores de cada um deles, comprovando, sempre que solicitado, regularidade junto ao SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sendo que a regularidade junto ao SICAF, poderá ser suprida pela apresentação de comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

II - A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser apresentada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos antes da data de seu vencimento, para que o Gestor ou Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

III - A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail: contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pelo CONTRATANTE, observando que:

a) A Nota Fiscal/Fatura poderá ser disponibilizada em sistema WEB, desde que envie notificação, sempre que uma nova fatura for disponibilizada, ao e-mail: contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pelo CONTRATANTE;

b) Poderá haver faturamento proporcional (pró-rata) da data de instalação do link até o fechamento do período de faturamento ou do início do período até a desativação do link;

c) Quando do faturamento pró-rata, a CONTRATADA deverá fazer constar na fatura o período de faturamento e respectiva localidade; e

d) Nos casos de links eventuais de acesso à Internet banda larga que forem utilizados por período inferior a 15 (quinze) dias, o pagamento será de 50% (cinquenta por cento) da respectiva mensalidade;

V - Quando da execução de serviços de instalação, o faturamento dos mesmos deverá ser incluído na fatura do mês de referência com a devida descrição e indicação da localidade atendida;

VI - Os descontos referentes aos Períodos de Não Funcionamento do Enlace – PNF, conforme previsto neste instrumento, deverão ser contemplados nas faturas apresentadas, caso isso não ocorra, esses valores serão glosados no momento do pagamento;

VII - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o fiscal do contrato notificará a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

empresa para regularização da situação, dando prazo para cumprimento da determinação, sujeitando-se a CONTRATADA, no caso de não adimplir essa obrigação, à penalidade prevista para o não cumprimento da determinação do fiscal do contrato;

VIII - Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

IX - Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

X - Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de decadência;

XI - Valores relativos às obrigações financeiras decorrentes de aplicação de penalidade pela Administração poderão ser descontados de pagamentos devidos à contratada, até que as penalidades sejam liquidadas;

XII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438$$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

XIII - A compensação financeira prevista deverá ser incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS – CRITÉRIOS DE
AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

(Art. 6º, Parágrafo único, do Decreto Federal 9.507/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA – Quanto ao Acordo de Nível de Serviço – ANS, deverá ser observado o que segue:

I - O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão CONTRATANTE e a CONTRATADA prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

II - O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a “Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela CONTRATADA”;

III - A verificação do cumprimento da qualidade e disponibilidade mínimas definidos neste instrumento, será feita com base no monitoramento da ferramenta do CONTRATANTE e/ou de ferramenta similar oferecida pela CONTRATADA;

IV - O Período de Não Funcionamento do Enlace - PNF será registrado em minutos, sendo iniciado a partir do momento da indisponibilidade do enlace e encerrado no momento aceite da manutenção (fechamento do chamado) efetivado pela fiscalização do Contrato;

V - O somatório dos PNF será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento da disponibilidade mínima mensal dos serviços contratados;

VI - Quando o somatório dos PNF, no mês, for menor ou igual a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto obtido da seguinte forma:

$$\text{VD} = [\text{VMAE} \times \Sigma \text{PNF}]$$

DM

Onde

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

VII - Quando o somatório dos PNF, no mês, for superior a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto referente ao tempo de indisponibilidade que extrapolar esse percentual o dobro do valor contratado, obtido da seguinte forma:

$$VD = \left[\frac{VMAE}{DM} \times (1 - DMC) \times DM \right] + 2 \times \left\{ \frac{VMAE}{DM} \times [\Sigma PNF - (1 - DMC) \times DM] \right\}$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal da assinatura do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

DMC = Disponibilidade mensal contratada (conforme especificado no objeto)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

VII - Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h ao CONTRATANTE, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do TRE-RO.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – No TRE-RO, a gestão do Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC), e a fiscalização deste Contrato será exercida pelo titular da Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC).

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e de fiscalização deste Contrato serão exercidas por seus respectivos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

substitutos, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Segunda - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Além de outras obrigações previstas neste instrumento, no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações do CONTRATANTE:

- 1) Cumprir e fazer cumprir todas as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e na proposta da CONTRATADA;
- 2) Expedir Ordem de Serviço determinando à CONTRATADA a execução dos serviços instalação, alteração de perfil e desinstalação de link;
- 3) Receber provisoriamente os serviços de instalação dos links no ato de sua entrega pela CONTRATADA, mediante aferição da largura de banda instalada no local e emissão de Termo de Recebimento Provisório expedido pelo Fiscal do Contrato, observando que:
 - a) somente será recebida instalação que a aferição de largura de banda resulte em velocidade igual ou superior ao previsto.
 - b) recusar os serviços entregues em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Edital, na proposta da CONTRATADA e no Contrato ou que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, mediante expedição de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, do qual deverá constar o motivo da recusa, prazo para correção dos serviços e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento dessa obrigação;
 - c) o recebimento provisório dos serviços não implica sua aceitação.
- 4) O recebimento definitivo dos serviços de instalação se dará automaticamente no prazo de 03 (três) dias úteis, sem que tenham havidos registros de interrupção dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 5) Prestar as informações/esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução dos serviços contratados;
- 6) Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando nos autos as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- 7) Notificar a CONTRATADA para cumprir obrigação assumida com a assinatura do contrato, dando-lhe o prazo que entender compatível para o adimplemento, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- 8) Analisar e conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo de execução ou de correção dos serviços;
- 9) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;
- 10) Tomar todas as medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação (edital e contrato) para garantir a plena execução dos serviços contratados e todas as demais obrigações estabelecidas pelo contrato; e
- 11) Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Além das demais obrigações previstas no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da CONTRATADA:

- 1) Executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, em sua proposta e no Contrato, em especial no que se refere às características dos equipamentos que compõem a infraestrutura de prestação dos serviços e aos procedimentos de implantação e características dos links de comunicação necessários à execução dos serviços;
- 2) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 3) Instalar ou alterar o endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- 4) Manter o serviço funcional e sem interrupções, contados da entrega formal da instalação, sendo que:
 - a) O transcurso de 03(três) dias úteis sem registro de interrupção dos serviços é condição para que seja efetuado o recebimento definitivo da implantação;
 - b) Em caso de interrupção do funcionamento do serviço neste período, o prazo será interrompido e reiniciada a contagem;
 - c) Serão admitidas apenas duas ocorrências interrupções dos serviços com o reinício de contagem do período sem aplicação de sanções administrativas;
 - d) No caso de links instalados para atender períodos curtos e predeterminados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.
- 5) Prestar suporte técnico, durante toda a vigência do contrato, por meio de telefone do tipo 0800, aplicativo de mensagem, sítio eletrônico e/ou e-mail, com a finalidade de resolver problemas de funcionamento ou orientar o TRE-RO quanto à perfeita utilização dos serviços contratados, durante 24 horas por dia e 07 (sete) dias por semana, incluindo fins-de-semana e feriados;
- 6) Solucionar os problemas de funcionamento dos serviços nos prazos máximos estipulados no objeto, contados da abertura do chamado para prestação do suporte técnico;
- 7) Garantir os requisitos de **qualidade e disponibilidade** estipulados no objeto, sob pena de aplicação dos descontos previstos nas regras do Acordo de Nível de Serviço;
- 8) Realizar as alterações de endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- 9) Desinstalar links, com o devido recolhimento dos equipamentos, nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;
- 10) Apresentar, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços executados e os respectivos valores de cada um deles, devendo o vencimento da referida Nota Fiscal/Fatura ser de, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da sua apresentação, observando o que segue;

a) A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, poderá ser encaminhada através do correio eletrônico contratosti@tre-ro.jus.br ou disponibilizada para download em sítio eletrônico, desde que haja notificação à contratante na data em que a NF/fatura for disponibilizada;

11) Dirigir à Gestão do Contrato eventuais pedidos justificados de prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações;

12) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Eventuais acréscimos superiores a esse percentual, em situações excepcionais, obedecerão aos requisitos definidos na Decisão Plenária do TCU n. 215/99. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

13) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14) Cumprir determinação do Fiscal do Contrato para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

15) assinar, junto com o contrato, os **Termo de Responsabilidade e Sigilo** e apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal ou gestor;

16) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

17) Responder, nos termos do Artigo 70, da Lei n. 8.666/93, por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, prestadores de serviços e prepostos, em atividade nas dependências do contratante ou outras a seu mando, desde que fique comprovada a responsabilidade;

18) Assumir total responsabilidade pelo controle de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias que contrair em razão da prestação de serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19) Não admitir no seu quadro societário, de funcionários ou prestadores de serviços, funcionário ou membro da administração do TRE-RO, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber, mesmo na condição de subcontratado;

20) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

21) Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto do Contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Art. 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a CONTRATADA que:

- a) quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i) declarar informações falsas; e

j) cometer fraude fiscal.

Subcláusula Segunda - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa, sujeitará a contratada à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, **sem prejuízo da possibilidade de declaração da inexecução parcial ou total do contrato**, na seguinte forma:

TABELA 5 - PENALIDADES				
TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
Atraso injustificado de 1(um) a 10(dez) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 10(dez) dias.	Valor instalação do link afetado
Atraso injustificado de 11(onze) a 30(trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, até o limite de 20(vinte) dias.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Terceira interrupção dos serviços durante	Mora contratual	BAIXA	Multa de 5% (dez por cento)	Valor da mensalidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 5 - PENALIDADES

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
o Período de Funcionamento Experimental – PFE				do link afetado
Quarta interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 10% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quinta e demais interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) por hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 5% (cinco por cento) + multa de 2% (dois) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado superior a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	ALTA	Multa de 15% (quinze por cento) + multa de 3% (três por cento) a hora, até o momento da solução do problema de funcionamento, até o limite de 60% do	Valor da mensalidade do link afetado

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 5 - PENALIDADES

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
			valor da mensalidade.	
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 5% (dois por cento) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 6(seis) a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 25% (vinte por cento) + multa de 0,2% (vinte centésimos por cento) a hora, até o limite de 10(dez) horas.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Atraso injustificado superior a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da assinatura do link + Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal durante 5(cinco) meses não consecutivos em um período de 12(doze) meses.	Inexecução contratual	BAIXA	Multa de 10%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade	Inexecução	MÉDIA	Multa de 20%	Valor da mensalidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 5 - PENALIDADES

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
mínima mensal por dois meses consecutivos.	contratual			do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por três meses consecutivos.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 30%	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(um) a 3(três) dias na instalação de links banda larga.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 3 (três) dias.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 4(quatro) a 7 (sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 3% (três por cento) + multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 4(quatro) dias.	Valor da mensalidade link afetado
Atraso injustificado superior a 7(sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 11% (onze por cento) sobre o valor da mensalidade + multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	Valor da mensalidade do link afetado e valor do contrato
Interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE de links Banda Larga que prejudique o andamento das atividades	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de serviço para o link afetado + Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei	Valor da ordem de serviço do link afetado e valor do contrato

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 5 - PENALIDADES

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
			8.666/93.	
Primeiro atraso injustificado de 3(três) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 0,5%	Valor do contrato
Segundo atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 1%	Valor do contrato
Terceiro atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2%	Valor do contrato
Quarto atraso injustificado de 05(cinco) dias ou primeiro atraso superior a 7(sete) dias.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 5% + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor do contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração CONTRATANTE poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

Subcláusula Quarta – Conforme art. 77 da Lei 8.666/93, nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Quinta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sexta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Sétima – Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário).

Subcláusula Décima - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Décima Primeira – O valor da multa ou condenação, eventualmente, aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Décima Segunda – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira – No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Décima Quarta – De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta – No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima – Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava – A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, bem como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008/TRE-RO.

RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativa” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Art. 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Em situações excepcionais, pode-se considerar a Decisão Plenária do TCU n. 215/99, pela qual acena favorável que, devidamente justificada, pode ser acatada a inobservância dos limites citados no § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS **(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Art. 55, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.702/2022; no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAUSULA VIGÉSIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 28 de novembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	
CRISTIANO MARCELO DA SILVA Pela CONTRATADA	EDILSON RAMOS PEREIRA FILHO Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

ANEXO I DO CONTRATO TRE-RO N. 30/2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

Declaro ter ciência inequívoca do Termo de Responsabilidade e Sigilo e das normas de segurança vigentes no TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DE RONDÔNIA, da legislação sobre o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário e a:

- a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;
- b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;
- c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e
- d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, salvo autorização da autoridade competente.
- e) dar ciência a todos os funcionários e colaboradores desta contratada, estendendo a eles todas as responsabilidades aqui assumidas e respondendo solidariamente caso venham a infringir quaisquer destes termos.

Declaro que [recebi] [tive acesso] ao (à) [documento ou material entregue ou exibido ao signatário], e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Porto Velho, xx de xxx de xxxx.

NOME E ASSINATURA



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/11/2022, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON RAMOS PEREIRA FILHO, Usuário Externo**, em 01/12/2022, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO MARCELO DA SILVA, Usuário Externo**, em 02/12/2022, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 02/12/2022, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 02/12/2022, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0946341** e o código CRC **012564EF**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0946341v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019 e da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, , esta equipe de planejamento elabora o presente Termo de Referência, com vistas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

à contratação de solução de comunicação de dados para interligar a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com suas unidades no interior do Estado e serviço de banda larga sob demanda para atender a atividades temporárias e externas às unidade.

2 - OBJETO

2.1. Contratação de serviços de Links de comunicação redundantes para prover acesso à Internet a toda a Justiça Eleitoral de Rondônia, além de suportar os serviços de trabalho remoto e transmissão de resultados das Eleições, para atender ao Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([0724056](#)).

Tabela 1 - Objeto			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
01	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	33
02	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	33
03	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	18
04	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	240

2.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

2.2.1. Item 01 - Link de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

2.2.1.1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2.1.2. Serviço dedicado de acesso à internet com os seguintes requisitos do enlace:

2.2.1.2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pela Contratante;

2.2.1.2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;

2.2.1.2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.1.2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;

2.2.1.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

2.2.1.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.

2.2.1.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);

2.2.1.3.3. A Contratada deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;

2.2.1.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.1.5. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

2.2.1.5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pela contratante ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

2.2.1.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.1.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.1.8. Ativos de rede (roteadores; modems):

2.2.1.8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

2.2.1.8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, o mesmo deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a Justiça Eleitoral;

2.2.1.8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;

2.2.1.8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;

2.2.1.8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da contratada;

2.2.1.8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.1.9. Local de instalação:

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União CEP 76.805-901 - Porto Velho, Rondônia
--

2.2.2. Item 02 - Link backup de acesso à Internet de 500 (quinhentos) Mbps.

Requisitos:

2.2.2.1. Prover comunicação de dados entre a Justiça Eleitoral de Rondônia e a rede mundial de computadores;

2.2.2.2. Serviço dedicado de acesso à internet observadas as seguintes métricas:

2.2.2.2.1. mínimo de **08 (oito) endereços IPs Fixos e válidos** livres para uso pela Contratante;

2.2.2.2.2. largura de banda (throughput) simétrico de **500Mbps (quinhentos megabits por segundo)**;

2.2.2.2.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.2.2.4. prazo para restabelecimento do enlace **menor que 06 horas**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2.2.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

2.2.2.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, **02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS)** nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps;

2.2.2.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a **no mínimo 02 PTT's** (Ponto de Troca de Tráfego Nacionais);

2.2.2.3.3. A Contratada deve ter conexão direta com, pelo menos, **01 (um) AS internacional** com velocidade mínima de 05Gbps;

2.2.2.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.2.5. A Contratada deverá disponibilizar meios de aferir a velocidade dos links instalados. Caso esse requisito não seja atendido, a contratada não poderá refutar os meios utilizados pela contratante para aferir as velocidades contratadas.

2.2.2.5.1. Deverá possibilitar consultas SNMP pela contratante ao roteador do serviço, por meio do cadastro de community read-only.

2.2.2.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.

2.2.2.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.2.8. Ativos de rede (roteadores; modems):

2.2.2.8.1. Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos links conectados, limitado o uso de memória a 70% do total disponível quando da carga máxima da CPU;

2.2.2.8.2. Caso seja identificado, durante a execução do contrato, um roteador com uso máximo de CPU e memória acima dos limites estabelecidos, ele deverá ser substituído ou atualizado, sem ônus para a Justiça Eleitoral;

2.2.2.8.3. LAN: Mínimo de 2 (duas) interfaces SFP 1000Base-SX ou RJ45 100/1000BaseT para interconexão com o ambiente de rede do local de instalação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2.2.8.4. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com os enlaces WAN fornecidos;

2.2.2.8.5. Poderá ser utilizado modem ou outro equipamento para permitir a conexão do roteador CPE ao ambiente WAN da contratada;

2.2.2.8.6. Todos os equipamentos devem possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.2.9. Local de instalação:

Tribunal de Justiça do Estado de
Rondônia
Rua José Camacho, nº 585 - Olaria
CEP 76801-330 - Porto Velho,
Rondônia

2.2.3. Item 03 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 100 (cem) Mbps.

Requisitos:

2.2.3.1. Prover link eventual de comunicação de dados entre as localidades informadas pela contratada e a rede mundial de computadores;

2.2.3.2. Abrangência:

2.2.3.2.1 Toda área urbana de Porto Velho;

2.2.3.3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

2.2.3.3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **100Mbps (cem megabits por segundo)**;

2.2.3.3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **20Mbps (vinte megabits por segundo)**;

2.2.3.3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;

2.2.3.3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);

2.2.3.4. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.

2.2.3.5. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2.3.6. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.

2.2.3.7. Ativos de rede (modems/roteadores):

2.2.3.7.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;

2.2.3.7.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT e função wi-fi para interconexão com o equipamento da contratante no local de instalação;

2.2.3.7.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;

2.2.3.7.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 110 a 220V.

2.2.3.8. Local de instalação: conforme indicação na Ordem de serviço.

2.2.4. - Item 04 - Link eventual de acesso à Internet Banda Larga de 50 (cinquenta) Mbps

Requisitos comuns, acrescidos de:

2.2.4.1. Prover link eventual de comunicação de dados entre o local de instalação e a rede mundial de computadores;

2.2.4.2. Abrangência:

2.2.4.2.1. mínima de todas as 52 zonas urbanas dos municípios do Estado de Rondônia e;

2.2.4.2.2. pelo menos, 11 (33%) das localidades listadas na ***Tabela 2 - Localidades rurais***;

2.2.4.2.3. eventuais localidades listadas na ***Tabela 3 - Localidades de difícil acesso***;

2.2.4.3. Serviço compartilhado de acesso à internet atendendo as seguintes métricas:

2.2.4.3.1. largura de banda (throughput) para **download** maior ou igual a **50Mbps (cinquenta megabits por segundo)**;

2.2.4.3.2. largura de banda (throughput) para **upload** maior do que **10Mbps (dez megabits por segundo)**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- 2.2.4.3.3. tempo de resposta menor que **100ms (cem milissegundos)**;
- 2.2.4.3.4. prazo para restabelecimento do enlace menor que 12 h (doze horas);
- 2.2.4.4. Em caso de inviabilidade de velocidades maiores, **serão aceitas reduções das velocidades** contratadas em até:
- 2.2.4.4.1. **80%** para as instalações fora do perímetro urbano:
- a) largura de banda para download maior ou igual a **10 Mbps (dez megabits por segundo)**;
- 2.2.4.4.2. **90%** para instalações nas localidades listadas na **Tabela 2 - Localidades rurais e Tabela 3 - Localidades de difícil acesso**:
- a) largura de banda para download maior ou igual a **5 Mbps (cinco megabits por segundo)**;
- 2.2.4.4.3. Para ambos os casos tempo de resposta menor que **200ms (duzentos milissegundos)**;
- 2.2.4.5. Todos os equipamentos e acessórios necessários para ativação dos links instalados devem ser fornecidos pela contratada.
- 2.2.4.6. Os serviços de acesso deverão ficar disponíveis na modalidade 24h/dia, 7dias/semana, sem a necessidade de procedimentos para conexão/desconexão.
- 2.2.4.7. Não possuir nenhum tipo de restrição de uso, operando 24h/dia, 7 dias/semana, sem limite de quantidade de dados trafegados, nem restrição de tipo de dados trafegados, porta lógica ou serviço, devendo ser considerada a banda disponível em cada acesso.
- 2.2.4.8. Ativos de rede (modems/roteadores):
- 2.2.4.8.1. Modems/Roteadores devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes TCP/IP, compatíveis com as velocidades dos links conectados;
- 2.2.4.8.2. LAN: Mínimo de 1 (uma) interface RJ45 10/100BaseT para interconexão com o equipamento da contratante no local de instalação;
- 2.2.4.8.3. WAN: Número suficiente de interfaces para conexão com o enlace WAN fornecido;
- 2.2.4.8.4. O equipamento deve possuir capacidade de alimentação por corrente alternada em tensão na faixa de 100 a 240V.
- 2.2.4.9. Local de instalação: conforme indicação na Ordem de serviço.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Nova Mamoré	Escola Onorina de Souza	Distrito de Nova Dimensão - Linha 28	-10.3648917	-64.8038548
Nova Mamoré	Escola Candido Rondon	3ª Linha do Ribeirão	-10.1349431	-65.1797249
Nova Mamoré	Escola Pedro Mendes Cardoso	Distrito de Jacinópolis	-10.2710917	-64.2823415
Itapuã do Oeste	Cecilia Meireles - Escola Municipal	Linha B40 Km 4 - Setor Rural	-9.285073	-63.2024021
Itapuã do Oeste	Monteiro Lobato - Escola Municipal	Linha 623 - Km 40 Bairro : Zona Rural	-9.1575541	-63.3688143
Porto Velho	Escola Municipal José de Freitas	Linha 9 Bairro : Projeto Assentamento Joana D'arc I	-8.9785946	-64.3159764
Porto Velho	Escola Municipal Riacho Azul	Ramal São Domingos - Km 18 - Reassentamento Riacho Azul	-8.8098326	-64.0287324

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Porto Velho	Escola Municipal José Rodrigues	Linha Mucuim Bairro : Vila Franciscana	-8.770001	-64.0783213
Costa Marques	Escola Ilton José Martins	BR 429 Km 58 - Distrito São Domingos do Guaporé	-12.0753802	-64.0295475
São Francisco do Guaporé	Escola Municipal Pereira E. Cáceres (Porto Murtinho)	Estrada Porto Murtinho, Km 15, Linha 8, 30 Km da Sede - Bairro: Distrito Porto Murtinho	-12.1910155	-63.4474603
Porto Velho	Escola Marechal Cândido Rondon	Distrito de Abunã	-9.6986392	-65.3677618
Porto Velho	Escola Barão do Rio Branco	Distrito de Fortaleza do Abunã	-9.7813938	-65.5290656
Porto Velho	Escola Santa Júlia	Comunidade Taquara	-9.8665328	-65.2685271
Porto Velho	Associação dos Moradores da Linha 01	Distrito de União Bandeirantes	-9.5738221	-64.5149607

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Porto Velho	Escola Rio Pardo	Distrito de Rio Pardo	-9.6262801	-63.9670073
Porto Velho	Associação Marco Azul (Via Alto Paraíso)	Comunidade Marco Azul	-9.7915781	-63.7773151
Porto Velho	Escola Flor do Cupuaçu	Reassentamento Santa Rita	-9.1117982	-64.1677903
Porto Velho	Aldeia Central – T.I. Karitiana	Aldeia Karitiana	-9.295965	-64.003084
Pimenta Bueno	Assentamento Marcos Freire	Estrada Da Produção	-11.9809487	-61.0887483
Espigão do Oeste	Aldeia Indígena - Cinta Larga	Aldeia Roosevelt	-11.4914152	-60.4653853
Alta Floresta D'Oeste	Escola Municipal Ana Nery - Porto Rolim	Rolim De Moura Do Guaporé	-13.0836601	-62.277121
Alta Floresta D'Oeste	Izidoro Stedille - Escola Municipal	Dist. de Izidolândia, S/N	-12.6032375	-62.1752348
Alta Floresta D'Oeste	Padre Feijó - Escola Municipal - Filadélfia	Linha 105 C/ 152, Km 75, Filadélfia	-12.4368849	-62.04247

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Alta Floresta D'Oeste	Boatt Gerainny - Escola Estadual - Aldeia Sao Luiz	Terra Indígena Rio Branco	-12.0052106	-62.4883623
Alto Alegre dos Parecis	João Paulo I - Escola Municipal	Linha 110, Km 135 - Vila Bosco	-12.5080479	-61.619208
Alto Alegre dos Parecis	Fernando Sabino - Escola Municipal (Flor da Serra)	Linha P 40 Km 105 Dist. Flor Da Serra - (69) 8454-2991 Bairro: Distrito Flor Da Serra	-12.4567914	-61.9139671
Parecis	Dom Pedro II - Escola Municipal (Pé de Galinha)	Linha Kapa 24, Comunidade Sao Pedro Bairro: Zona Rural	-12.3235837	-61.2866779
Porto Velho	Escola Municipal Henrique Dias	Rua Padre Chiquinho, S/N - Fone Pub. 3230-1030 - Bairro : Distrito São Carlos	-8.4375662	-63.4994858
Porto Velho	Escola Municipal Maria	Distrito Nova Aliança Distrito.	-8.6097235	-63.5423095

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
	Angelica Queiroz	De Nova Aliança		
Porto Velho	Escola Municipal Deigmar Moraes de Souza	Estrada 28 de Novembro S/N Ramal da Penal Bairro: Distrito Cujubim Grande	-8.5857853	-63.7299187
Candeias do Jamari	Escola Cândido Giacomett - PA Flor do Amazonas	Entrocamento Das Linhas 01 E 02 Bairro : Projeto de Assentamento Flor do Amazonas	-8.9800382	-63.5830756
Candeias do Jamari	Escola Mário Covas - Vila Samuel	Vila Nova Samuel - Linha 45	-8.6582968	-63.4123462
Candeias do Jamari	Escola PA Jequitiba	Linha 35 - Km 28 - Vila Boa Esperança Bairro : Projeto de Assentamento Jequitibá	-8.6855096	-63.182756
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Carlos Chagas	Linha MC 01, Km 77, Núcleo Oriente Novo, Zona Rural	-9.5897758	-62.3938199

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 2 - Localidades rurais

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal João Paulo II	Linha MA 28, Km 75, Núcleo Entre Rios, Zona Rural	-9.1746589	-61.7284117
Machadinho D'Oeste	Escola Municipal Padre Angelo Cerri	RO 133, Km 80, Rua Principal, Distrito Tabajara	-8.9338002	-62.0556962

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Guajará-Mirim	Escola Salomão Justiniano de Melgar - Distrito de Surpresa	Distrito de Surpresa (Via Fluvial)	-11.881789	-65.019885
Guajará-Mirim	Escola 05 de Julho	Distrito de Ricardo Franco (Fluvial)	-12.01618	-64.82785
Guajará-Mirim	Escola Abrao Koop - Pacaas Novas	Aldeia Indígena de Santo André (Aéreo)	-11.16433	-64.85325

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Guajará-Mirim	Escola Possidonio Bastos - Rio Negro Ocaia	Aldeia Indígena Rio Negro Ocaia (Aéreo)	-11.18264	-64.83465
São Francisco do Guaporé	Escola Mun. Euclides da Cunha - (Pedras Negras)	Distrito. Pedras Negras - Rio Guaporé, 600 Km da Sede	-12.852261	-62.901318
Alta Floresta D'Oeste	Kon' Coatt Tupari - Escola Estadual - Aldeia Cajuí (18 km terra + 2 hs de barco 2 tripulante)	Terra Indígena Rio Branco	-12.347236	-62.796459
Porto Velho	Escola Municipal General Osorio	Rua São Jose, S/N - Bairro São Jose - Bairro : Distrito Calama	-8.0240454	-62.873300
Porto Velho	Escola Municipal Aquiles Chaves	Localidade de Papagaios - Baixo	-8.1801129	-63.090413

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
	Paraguassu	Madeira Bairro : Distrito Papagaios		
Porto Velho	Escola Municipal Manoel Maciel Nunes	Rio Madeira S/N Bairro : Distrito Nazaré	-8.1624835	-63.320262
Porto Velho	Escola Estadual Joao de Barros Gouveia	Distrito Demarcação. Distrito. Demarcação - Rio Machado - Bairro: Distrito Demarcação Rio Machado	-8.1710853	-62.779303
Porto Velho	Escola Municipal Francisco Braga	Sede da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, Bairro : Reserva Lago do Cuniã	-8.3178564	-63.497619



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 3 - Localidades rurais de difícil acesso

MUNICÍPIO	LOCAL DE VOTAÇÃO	ENDEREÇO	LATITUDE APROXIMADA	LONGITUDE APROXIMADA
Porto Velho	Escola Municipal Castro Alves	Endereço : Santa Catarina S/N Baixo Madeira	-8.2350884	-63.253809

2.2.5. Item 05 - Removido

2.2.6. Item 06 - Removido

2.2.7 - Suporte Técnico e SLA (Acordo de Nível de Serviço)

2.2.7.1. A CONTRATADA deverá prestar suporte a contratante por meio de **telefone 0800, Sistema WEB e/ou e-mail, durante 24h/dia, 7 dias/semana**, inclusive sábados, domingos e feriados;

2.2.7.2. O tempo máximo para atendimento dos chamados será de:

2.2.7.2.1. **6h (seis horas)** após a abertura do chamado para os **links dedicados de Internet (itens 01 e 02)**;

2.2.7.2.1. **12h (doze horas)** após a abertura do chamado para os **links de Internet banda larga (itens 03 e 04)**;

2.2.7.2.3. No período compreendido entre os 07 (sete) dias que antecedem e os 02 (dois) dias que sucedem a data de pleitos eleitorais, o tempo de solução dos problemas nos serviços poderá ser reduzido até pela metade do tempo;

2.2.7.2.4. As partes acordarão a redução do tempo de solução dos problemas nos serviços com antecedência de 15 (quinze) dias do início do período.

2.2.7.3. Os links deverão atender aos seguintes níveis de qualidade:

2.2.7.3.1. **Links dedicados de Internet (itens 01 e 02):**

2.2.7.3.1.1. disponibilidade do enlace maior do que **99,7% (noventa e nove e sete décimos por cento)**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2.7.3.1.2. perda de pacotes menor que **2% (dois por cento)**;

2.2.7.3.1.3. tempo de resposta menor que **80ms (oitenta milissegundos)**;

2.2.7.3.2. **Links de Internet banda larga (itens 03 e 04):**

2.2.7.3.2.1. garantia de banda mensal média de **80% (oitenta por cento)**;

2.2.7.3.2.2. disponibilidade do enlace maior do que **96% (noventa e seis por cento)**;

2.2.7.3.2.3. perda de pacotes menor que **5% (cinco por cento)**;

2.2.7.4. Qualquer funcionamento fora dos parâmetros definidos no item 2.2.7.3 será considerado como link indisponível até que os parâmetros voltem a ser atendidos;

2.2.7.4.1. A indisponibilidade do link dentro do SLA previsto sujeita a contratada a desconto na fatura mensal, proporcional ao tempo de indisponibilidade;

2.2.7.4.2. A indisponibilidade do link acima do SLA previsto terá seu desconto calculado em dobro, sem prejuízo às demais penalidades previstas neste TR;

2.2.7.5. A verificação do cumprimento do SLA definido no item 2.2.7.3 deste Termo de Referência será feita com base em **monitoramento por ferramenta ZABBIX ou VMware Realize Operations Manager** da contratante e/ou outra oferecida pela contratada, desde que aceita pela contratante na **reunião inicial** das partes. Considerando que:

2.2.7.5.1. O PNF – Período de Não Funcionamento do link será computado em minutos a partir da indisponibilidade do enlace;

2.2.7.5.2. O término do PNF será computado a partir do aceite da manutenção (fechamento do chamado) obrigatoriamente feito por um dos técnicos da Seção de Infraestrutura e Comunicação do TRE-RO, ou outra que venha a se responsabilizar pela fiscalização deste contrato, sendo necessária a identificação deste técnico responsável pelo fechamento do chamado;

2.2.7.5.3. O somatório mensal de PNF em minutos (“períodos de não funcionamento do link”) será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento do SLA, e será tomado como base para a aplicação de todos os descontos e penalidades previstas neste documento devido ao não cumprimento deste requisito;

2.2.7.5.4. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h a contratante,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do órgão;

2.2.8. Prazos de instalação

2.2.8.1. A contratada deve seguir os seguintes prazos, contados do recebimento da ordem de serviço:

2.2.8.1.1. **Instalação** de novo circuito ou alteração de endereço:

- a) Links **dedicados** de Internet em até **30 (trinta) dias corridos**;
- b) Links de Internet **banda larga** em até **07 (sete) dias corridos**;
- c) Excepcionalmente, os prazos de instalação poderão ser alterados, desde que acordado previamente entre as partes;

2.2.8.1.2. Após a instalação, o enlace iniciará sua operação por um Período de Funcionamento Experimental - PFE, para testes e ajustes, de:

- a) 15 dias corridos, no caso dos links dedicados (itens 01 e 02);
- b) 03 dias corridos, no caso dos links banda larga (itens 03 e 04);

2.2.8.1.3. Em caso de interrupção do funcionamento do serviço contratado durante o período experimental, um novo PFE terá início a partir da reativação do serviço;

- a) A interrupção referida no item anterior poderá ocorrer, no máximo, duas vezes, após esse limite poderão ser aplicadas as penalidades previstas;
- b) Passado o PFE sem ocorrências, o recebimento da instalação será automático, e o circuito estará apto para faturamento;
- c) No caso de links instalados para atender períodos curtos e pré determinados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

2.2.8.1.4. Desinstalação de circuitos, inclusive recolhimento de equipamentos, em até 10 dias corridos;

- a) Em casos de evento com período informado (início e fim) na solicitação de instalação, o recolhimento deve ocorrer no dia seguinte ao final do evento, o recolhimento poderá ocorrer na sede do respectivo cartório eleitoral, caso assim seja acordado durante a instalação;
- b) Para fins de faturamento, será considerado a data do pedido como último dia de funcionamento do circuito, para tanto, o TRE-RO se compromete a não mais utilizar o referido;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Equipamentos que não forem recolhidos em até 1 (um) ano, poderão ser incorporadas ao patrimônio da contratante e/ou classificados como inservíveis para fazer parte de processos de doação;

2.2.9. Taxa de Instalação e Pagamento Proporcional

2.2.9.1. Será admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 01 mensalidade na implantação dos links ou em eventuais alterações de endereços;

2.2.9.2. Links de acesso à **Internet Banda Larga (itens 3 ou 4)**, **SERÁ** admitida a cobrança de taxa de instalação no valor de até 01 mensalidade;

2.2.9.2.1. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 2**, será admitida **taxa de instalação com valor até o dobro (2x)**;

2.2.9.2.2. Em caso de instalação nas **localidades** listadas nas **Tabelas 3**, será admitida **taxa de instalação com valor até o triplo (3x)**;

2.2.9.3. Poderão ser solicitados **links** para eventos de **curta duração**, para os quais será devido o **valor proporcional** da mensalidade;

2.2.9.3.1. Para eventos com duração de **até 15 dias** será devido percentual de **50% (cinquenta por cento) do valor** de uma mensalidade, com vista a não inviabilizar financeiramente o atendimento;

2.2.9.3.2. Eventos com duração maior serão pagos proporcionalmente;

2.3 DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA COMUNS À TODOS OS ITENS:

2.3.1 As empresas fornecedoras da solução são integralmente responsáveis pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações fornecidos pelo TRE-RO ou contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a etapa de repasse, de execução dos trabalhos e de encerramento dos serviços, não podendo, se não formalmente autorizado pelo TRE-RO, sob qualquer pretexto e forma, divulgá-los, reproduzi-los ou utilizá-los a qualquer tempo.

2.3.2 As empresas deverão possuir nas suas instalações e/ou onde atividades serão executadas de modo remoto, padrões de segurança da informação e de tecnologia da informação para evitar a perda ou o vazamento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informação, ataques externos e tentativas de invasão, como firewall e sistemas antivírus.

2.3.3 Deverá ser assinado **Termo de responsabilidade e sigilo** pelas contratadas de cada solução, por meio de seu representante legal, estabelecendo o compromisso de não divulgar, não reproduzir e não utilizar nenhum assunto tratado ou produto resultante da prestação de serviços objeto da licitação, conforme **ANEXO III DESTE TR**.

2.3.4 A contratada compromete-se, também, a adotar boas práticas de segurança da informação, caso ainda não tenha uma política de segurança da informação implantada, e exigir que cada profissional a serviço da empresa tome ciência do **Termo de responsabilidade e sigilo** assinado pela contratada.

2.3.5 O correio eletrônico e a navegação em sítios da internet a partir do ambiente de rede do TRE-RO poderão, a exclusivo critério da TRE-RO, ser objeto de controle e auditoria.

2.3.6 A contratada deverá manter o controle da segurança física e lógica de seus ambientes operacionais, estabelecendo as políticas de segurança a serem aplicadas aos serviços de telecomunicações contratados.

2.3.7 Como boa prática, a contratada poderá manter em seus quadros técnicos especialistas em segurança e, também, prover serviços específicos de prevenção e reação a incidentes de segurança em Tecnologia da Informação.

2.3.8 A contratada deverá configurar de maneira apropriada os elementos de rede para habilitar o log dos eventos da rede do TRE-RO, tais como conexões externas e registros de utilização de serviços (arquivos transferidos via FTP, acessos a páginas web e tentativas de login não autorizado).

2.3.9 A contratada deverá notificar imediatamente ao TRE-RO sempre que for detectada ameaça ou ataque à rede contratada, informando o tipo da ocorrência a ação de resposta e as recomendações pertinentes.

2.3.9 A contratada deverá aplicar e manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes, utilizados para atender ao TRE-RO.

2.4 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.1 Conforme o Documento de Oficialização de Demanda subscrito pelo senhor Secretário da STI ([0724056](#)), os serviços foram enquadrados no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

2.4.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (art. 6º c/c art. 12). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12. Os artefatos constantes dos estudos preliminares foram juntados nos eventos [0832627](#), [0832628](#), [0832629](#) e [0832632](#).

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A atual estrutura de acesso à Internet deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia dispõe de 02 pontos de acesso cujos contratos (CT. nº 15 e 16/2017) vencem no final de outubro do corrente ano, e já não admitem renovações, ou seja, faz-se necessária uma nova contratação para os referidos serviços de telecomunicação.

3.2. Considerando o significativo crescimento do uso de recursos de TI, seja pela implantação de novos sistemas ou pela digitalização de procedimentos anteriormente manuais, que é uma tendência mundial para melhor eficiência e agilidade dos atendimentos tanto do público interno quanto externos, a falta desses pode trazer prejuízos imensuráveis ao bom andamento das atividades laborais deste regional, além de prejuízos no atendimento à sociedade.

3.3. A solução prevista nesta contratação prevê maior desempenho aos links destinados aos Data Centers do TRE-RO, com vista a atender à crescente demanda de comunicação com qualidade, segurança, otimização de custos e possibilitando futuras adoções de trabalho remoto ou home office, facilitando o aumento de produtividade e flexibilizando o uso dos recursos conforme necessidades.

3.4. Além disso, foram previstas novas soluções de acesso à Internet na modalidade banda larga para contratação eventual que visam atender as demandas de comunicação, principalmente, em período eleitoral, quando diversos ambientes fora das dependências do TRE são temporariamente criados, tais como JE-Crime, Ambiente de Teste de Integridade, Totalização, Apuração, Comissão de Transportes e outros, além de links com menor capacidade a serem utilizados tanto para atender locais de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

votação com infraestrutura precária em período eleitoral, quanto para operações itinerantes fora destes períodos.

3.5. Este serviço é de natureza continuada pois tratar-se de serviço auxiliar necessário ao desempenho das atribuições do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, de forma que eventual interrupção do serviço comprometeria a continuidade das atividades, motivo pelo qual a contratação estender-se-á por mais de um exercício financeiro.

3.6. DOS QUANTITATIVOS:

3.6.1. O quantitativo de mensalidades foi levantado com base nas seguintes demandas:

3.6.1.1. Item 1 - Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps

3.6.1.1.1. Este item tem caráter de instalação permanente, não havendo previsão de alterações de endereço ou desativação durante toda a vigência contratual, de forma que foram previstas 01 taxa de instalação e 30 mensalidades para o pagamento da execução contratual e outras 2 mensalidades para eventual necessidade de mudança de endereço. Total de **33 mensalidades**.

3.6.1.2. Item 2 - Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps

3.6.1.2.1. Este item tem caráter de instalação permanente, não havendo previsão de alterações de endereço ou desativação durante toda a vigência contratual, de forma que foram previstas 01 taxa de instalação e 30 mensalidades para o pagamento da execução contratual e outras 2 mensalidades para eventual necessidade de mudança de endereço. Total de **33 mensalidades**.

3.6.1.3. Item 3 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps

3.6.1.3.1. Este item tem caráter de instalação eventual, ou seja, seu uso e pagamentos serão sob demanda. O total de **18 mensalidades** foram previstas para as seguintes eventuais demandas durante a vigência contratual:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Atender até **06 eventos de eleição** com pagamento de **taxa de instalação** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **18 mensalidades**.

3.6.1.4. Item 4 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps

3.6.1.4.1. Este item tem caráter de instalação eventual, ou seja, seu uso e pagamentos serão sob demanda. O total de **240 mensalidades** foram previstas para as seguintes eventuais demandas durante a vigência contratual:

- Atender até **04 links permanentes** durante toda a vigência contratual (**04 instalações e 28 mensalidades cada**), com até **4 mudanças de endereço**;
 - Total **120 mensalidades**.
- Atender até **15 eventos de eleição** nas localidades da **tabela 2**, com pagamento de **taxa de instalação em dobro** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **60 mensalidades**.
- Atender até **12 eventos de eleição** nas localidades da **tabela 3**, com pagamento de **taxa de instalação tripla** e até **02 (duas) mensalidades**;
 - Total **60 mensalidades**.

3.6.1.5. Removido

3.6.1.6. Removido

3.7. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

3.7.1. O presente termo de referência tem por intuito atender aos seguintes princípios:

3.7.1.1. DO PLANEJAMENTO: Este Termo de Referência dá cumprimento ao Plano de Contratações de TIC 2022 (evento [0715308](#)), item 2022-C03 onde se registrou o vínculo com o objetivo número 8 da ENTIC-JUD, de "Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas."



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.7.1.2. DA OBJETIVIDADE: Este documento dá ciência à alta administração do TRE-RO no sentido de que conheça as necessidades desta secretaria, e caso autorizado possibilite a contratação dos serviços solicitados.

3.7.1.3. DA EFICIÊNCIA: Em função da constante evolução das tecnologias e das restrições burocráticas da contratação por órgãos públicos, torna-se mais eficiente a contratação de serviços com o fornecimento de equipamentos em comodato de forma a garantir a manutenção do serviço e solução de problemas. Assim como as atualizações e substituições destes equipamentos é facilitada tendo em vista que não estão incorporados ao patrimônio da administração.

3.7.1.4. DA QUALIDADE: Considerando que este termo especifica as características mínimas necessárias para o prestação dos serviços, a empresa contratada proverá os equipamentos e insumos necessários para garantir a qualidade deste serviço.

3.7.1.5. DA ECONOMICIDADE: Atualmente este Regional conta com contratos de acesso a Internet com velocidades limitadas, resultado da falta de competitividade e da capacidade limitada das operadoras quando da contratação. Com a entrada de novas empresas para competir no mercado e utilização de novas tecnologias, visamos melhorar nossos serviços com velocidades maiores e um custo bem próximo ou até menor que o atual.

3.7.2. Além disso, a proposta aqui apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ:

- **Tema:** Infraestrutura e Tecnologia:

Garantir a infraestrutura de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) apropriada às atividades judiciais e administrativas. Garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário

- **Tema:** Eficiência Operacional.

Primar pela satisfação do cliente TIC.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-RO:

- **Tema:** Infraestrutura e tecnologia:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TRE-RO:

- **Perspectiva:** Contribuição corporativa

Objetivo 2: Otimizar a aplicação dos recursos financeiros destinados a área de TI demonstrando de forma objetiva os retornos sobre os investimentos.

- **Perspectiva:** Excelência operacional:

Objetivo 5: Garantir a disponibilidade dos serviços de TI apropriadas às atividades judiciais e administrativas;

Objetivo 6: Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

- Fornecer os meios e sistemas necessários para suportar a política de comunicação da Justiça Eleitoral;
- Ampliar serviços prestados aos usuários;

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Serão exigidos critérios de sustentabilidade social e ambiental.

4.2. O Princípio do Desenvolvimento Sustentável foi albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

4.3. Por sua vez o Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável –PLS, cuja gestão está prevista no Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021.

4.4. Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

4.5. Todavia, o Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

4.6. Nesse sentido, como requisitos sociais e ambientais, a empresa prestadora dos serviços deverá:

4.6.1. Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;

4.6.2. Para habilitação referente aos itens 19 a 29 (banheiros químicos) inclusos no objeto deste Termo de Referência, serão exigidos os documentos de Licenciamento Ambiental de Operação - LAO e Licença da Vigilância Sanitária - ANVISA, ambos expedidos por órgãos competentes para licenciar a instalação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou ainda que possam causar degradação ambiental;

4.6.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.6.4. Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

4.6.5. Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

4.7. A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmentenotificar a empres ontratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

5. DO PREÇO

5.1 VALOR ESTIMADO

5.1.1. Visando assegurar maior consistência na pesquisa, foram considerados preços praticados com órgãos públicos ([0888317](#)) e propostas formais de possíveis fornecedores ([0888322](#), [0888325](#) e [0888331](#)).

5.1.1.1. Importante observar que dada a especificidade dos itens 04, 05 e 06, em especial de suas abrangências, não foram encontrados contratos com administração pública compatíveis com a contratação, de forma que considerou-se para a estimativa apenas as propostas recebidas de fornecedores locais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.1.2. Necessário o registro de que para viabilizar a comparação dos preços apurou-se para cada fonte pesquisada a largura de banda do link contratado em Megabits por segundo-Mbps (A) e o valor mensal pago (B), chegando-se ao valor unitário do Mbps dividindo B por A (B/A).

5.1.3. O valor estimado para a contratação dos serviços especificados neste termo de referência, para o período de 30 (trinta) meses, é de R\$ 1.312.029,60 (um milhão, trezentos e doze mil vinte e nove reais e sessenta centavos), conforme adiante demonstrado.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	R\$ 386.490,00
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	R\$ 386.490,00
3	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	R\$ 12.649,60
4	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	R\$ 526.400,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 1.312.029,60

6 - ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

6.1. A despesa decorrente do presente Termo de Referência substituirá os atuais Contratos n. 15/2017 e 16/2017 e foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2022, conforme dados do SIGEPRO. Segue abaixo, o quadro de fonte orçamentária e enquadramento da despesa:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
			Previsão de execução orçamentária por exercício

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	2025 (R\$)
Ordinário	Contratos de Serviços de acesso à internet via links dedicados	TIC COMRED	57.180,00	421.833,33	417.446,67	135.333,33
Pleito	Contratação links de comunicação adic. p/ ambientes apuração, comissões e transm. de resultados	UEL APOIO	N/A	N/D	280.236,27	N/D
Total por exercício financeiro			57.180,00	414.773,33	697.682,93	139.720,00

6.2. Para o exercício de 2022 a previsão de execução orçamentária considerou a seguinte estimativa de uso imediato dos itens:

2022			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Instalação/Mudança de endereço	Evento	1
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	2
2	Instalação	Evento	1
	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	2

6.2.1. Existe a possibilidade de ampliação do uso, em caso de redução substancial dos valores durante a licitação, bem como de suplementação orçamentária, em especial do orçamento de pleitos eleitorais para atender as demandas das zonas eleitorais ainda nas Eleições Gerais 2022.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.3. Para os exercício de 2023 e 2024 as despesas serão suportadas pelos valores constantes das propostas orçamentárias do TRE-RO.

6.3.1. Conforme Informação 269 COFC ([0891296](#)) consta na proposta orçamentária de 2023 apenas R\$ 230.000,00 para este item de despesa, entretanto esta STIC vislumbra a possibilidade de substituição de outros contratos, com consequente remanejamento orçamentário dos contratos substituídos para este.

ESTIMATIVA DE USO 2023			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
4	Instalação	Evento	4
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	48

6.3.2. Para os exercício de 2024 e 2025, serão incluídos nas propostas orçamentária ordinária e de pleitos eleitorais os valores necessários para a execução contratual para atender a demandas previstas, também com a possibilidade de substituição de contratos utilizados atualmente, a exemplo do CT. n. 18/2022 ([0849349](#)), dependendo das localidades atendidas pela presente contratação.

ESTIMATIVA DE USO 2024			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	12
3	Instalação	Evento	6

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ESTIMATIVA DE USO 2024			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 100 (cem) Mbps	Mensalidade	12
4	Instalação	Evento	48
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	86

ESTIMATIVA DE USO 2025			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
1	Link de acesso a Internet, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	4
2	Link de acesso a Internet redundante, 500 (quinhentos) Mbps	Mensalidade	4
4	Instalação	Evento	2
	Link eventual de acesso a Internet Banda Larga, 50 (cinquenta) Mbps	Mensalidade	16

6.4. Observa-se que a presente contratação preve a efetiva instalação e uso durante toda vigência contratual apenas dos links de acesso a Internet dedicados (itens 01 e 02), enquanto que os links de Internet banda larga ainda que contratados e com as respectivas estimativas de uso, tem caráter eventual e poderão ter uso menor que o previsto.

6.4.1. Fator crucial na execução dos contrato do item 04 - Link eventual de acesso a Internet Banda Larga será o quantitativo de localidades das tabelas 2 e 3 que a CONTRATADA terá capacidade de atender, de forma que no caso das quantidade de localidades atendidas pela contratada sejam menores que a esperada pela administração, a execução contratual também ficará abaixo do estimado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7 – DO CERTAME LICITATÓRIO

7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

7.1.1. Embora a solução pretendida seja formada por tecnologia de comunicação, os elementos que a compõem são descritos com padrões usuais de mercado e de precificação objetiva. Dessa forma, trata-se de serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado padronizadas para todos os licitantes.

7.1.2. Como não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final da solução, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo menor preço global, por item**, conforme composição de custo preenchida no Anexo I deste TR, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

7.2 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:

7.2.1. Item 03: O serviço do item 03 está estimado em patamar inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não poderá ser destinados exclusivamente às ME/EPP's para não restringir a competição do item. Há um mercado bastante restrito entre essa categoria econômica de empresas e a destinação exclusiva também impediria a participação de empresas de maior porte existentes nesse mercado. Os dois fatores reunidos recomendam o afastamento da regra porque certamente restringirá o caráter competitivo do certame o que, em última análise, não será vantajoso à Administração, situação que se amolda à exceção contida no art. 49, III, da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

7.2.2. Demais itens: Os serviços especificados nos demais itens superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não são tecnicamente divisíveis porque, embora mensurados em diversas mensalidades, não há possibilidade de instalação e ativação do serviço por uma empresa e em determinado mês efetuar a mudança da empresa durante a execução do objeto, tampouco a execução por localidade seria possível, visto que o quantitativo de mensalidades é estimativo e tem sua execução flexível, de forma que a destinação de percentual do objeto para contratadas distintas poderia prejudicar a execução, resultando em aditivos contratuais futuros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.3. As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

7.3.1. As propostas deverão cumprir todos os requisitos e condições estabelecidas neste instrumento;

7.3.2. Além do cumprimento aos requisitos técnicos, as propostas deverão apresentar de forma clara e objetiva todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e totais, mediante preenchimento do **Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços** e indicar qual o item proposto atende cada localidades das tabelas 2 e 3, mediante o preenchimento do **Anexo II - Localidades atendidas**;

7.3.3. Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos diretos e indiretos e despesas relativas à execução do objeto a ser contratado, tais como: tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto;

7.3.3.1. Quaisquer tributos, custos diretos ou indiretos e despesas omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos no valor da proposta, não sendo considerados pleitos de reajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais;

7.3.4. No julgamento de classificação e aceitação das propostas, será adotado o critério de MENOR PREÇO, observado o VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM a que se refira;

7.3.5. Os valores estimados pela Administração servirão de parâmetro de aceitabilidade das propostas ofertadas, tanto para o valor total quanto para os valores unitários de cada um dos itens que compõe a proposta;

7.3.5.1. O valor dos serviços de instalação estão limitados ao valor de uma mensalidade do respectivo link a ser instalado, ou seja, **SERÃO DESCLASSIFICADAS** propostas que, após negociação, restarem com valor de instalação superior ao valor da mensalidade do respectivo item.

7.3.5.2. As propostas com valores superiores àqueles estimados pela Administração poderão ser apreciadas na fase de negociação objetivando



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sua redução, podendo ser recusadas as propostas que, após serem submetidas à negociação, mantiverem seu preço acima desse valor máximo;

7.3.6. Sendo frustrada a negociação para atingir o valor estimado pela Administração e dado ao licitante interessado o direito de comprovar as razões pelas quais sua proposta apresenta preço superior valor estimado, se:

7.3.6.1. **Não restar comprovado** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, **o Pregoeiro recusará sua proposta** e direcionará à licitante imediatamente classificada, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta julgada aceitável;

7.3.6.2. **Restar comprovado** que o valor da proposta ofertada é compatível com os preços de mercado, estando justificadamente acima do valor estimado pela Administração, **o Pregoeiro poderá aceitar a proposta.**

7.3.7. Serão desclassificadas as propostas em desacordo com os critérios estabelecidos neste item;

7.3.8. Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço para o item.

7.3.9. Os itens 01 e 02 deverão ser contratados para fornecedores distintos, de forma que, se o mesmo licitante apresentar melhor proposta para ambos os itens, deverá optar por um deles.

7.4 DA VISTORIA TÉCNICA:

7.4.1. O TRE-RO **recomenda** que as licitantes interessadas realizar ofertas nos itens 01 e 02 que visitem os endereços de instalação indicados em cada item para ter conhecimento de todas as condições do local e dirimir possíveis dúvidas sobre o nível de complexidade e as expectativas da contratante para o objeto a ser licitado.

7.4.2 A vistoria técnica não é condição para participar do certame, mas a licitante fica ciente de que não poderá alegar posteriormente qualquer intercorrência relacionada ao não conhecimento prévio das condições da infraestrutura e dos dados do contratante.

7.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

7.5.1. As licitantes deverão apresentar as seguintes documentações;

7.5.1.1. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional em nome da empresa, comprovando a prestação de serviços ou execução de atividades de Serviços de Comunicação Multimídia (SCM), no Estado de Rondônia,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com largura de banda maior ou igual a 50% (cinquenta por cento) da largura de banda ofertada.

7.5.1.1.1. Os atestados poderão ser expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar no mínimo o CNPJ e endereço da entidade emitente, além de conter a data de emissão, número e vigência do contrato, o nome, função e telefone do responsável e no atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado o nome completo e CPF do signatário. Tratando-se de atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado, **poderão** ser apresentados com firma reconhecida em cartório da assinatura aposta, evitando-se eventuais diligências de veracidade pelo Pregoeiro.

7.5.1.1.2. O atestado exigido neste TR considerou velocidade de link 50% do pretendido, de maneira que não será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica na prestação do serviço. Sendo necessário ao menos 01 (um) atestado que preencha o requisito listado.

7.5.1.2. Outorga emitida pela ANATEL para operar enlaces de comunicação de dados multimídia, no mínimo, em todo o território de abrangência do respectivo item ofertado.

7.5.1.3. A contratada deve atender, também, aos seguintes requisitos de interligação de backbones:

7.5.1.3.1. Deverá possuir canais dedicados, interligando-o diretamente a, pelo menos, 02 (dois) Sistemas Autônomos (Autonomous Systems - AS) nacionais com velocidade mínima de 10 Gbps.

7.5.1.3.2. A CONTRATADA deve estar ligada a no mínimo 02 IX (PTT) - Ponto de Troca de Tráfego Nacionais.

8. DO CONTRATO

8.1 PROCEDIMENTO PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

8.1.1. Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a adjudicatária será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

8.1.2. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade, podendo ser consultado o **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a compromissária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

8.1.3. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis

8.1.4. Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

8.1.5. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para assinatura, preferencialmente, digital e devolução direta ou impressão, assinatura física e devolução via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**

8.1.6. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

8.1.7. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

8.1.8. À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1.9. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

8.2. DA VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

8.2.1. De acordo com a definição apresentada no art. 15 da Instrução Normativa n. 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

“Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

8.2.2. Como visto, não existe um rol taxativo de serviços que devem ser caracterizados como continuados, haja vista a necessidade de analisar o contexto fático de cada contratação, a fim de verificar o preenchimento ou não das características elencadas. O que caracteriza um serviço como de natureza contínua é a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público.

8.2.3. Assim, é possível concluir que a presente contratação é um serviço continuado, pois é prestado de forma permanente para garantir a interligação do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e/ou suas unidades à rede mundial de computadores, Internet, sendo que tal serviço é estrutura de comunicação imprescindível às atividades judiciais e administrativas.

8.2.4. Nessa linha, o prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, por igual período, tendo como condição para contratação com esta administração, a regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manutenção destas regularidades e fiel execução do objeto para prorrogação do contratual.

8.3. DO REAJUSTE E DE EVENTUAL REEQUILÍBRIO

8.3.1. Os valores contratados neste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{IST - I}{IST} \times 100$$

Onde:

I) para o primeiro reajuste:
R = reajuste procurado;
I = índice relativo ao mês do reajuste;
Io = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

II) para os reajustes subsequentes:
R = reajuste procurado;
I = índice relativo ao mês do novo reajuste;
Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

8.3.1.1. O valor reajustado poderá ser registrado por intermédio de apostila;

8.3.2. Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

8.4. DAS ALTERAÇÕES:

8.4.1. Conforme indicado no edoc da Análise de Viabilidade da contratação ([0409320](#)), quando do registro dos requisitos de manutenção do contrato, como medida prudencial, para mitigar de riscos à solução contratada e afastar a possibilidade de sua descontinuidade, deve-se considerar a possibilidade de ampliação das demandas que ensejarão potenciais manutenções adaptativas e/ou evolutivas.

8.4.2. Dentre essas, ressaltam-se a instalação de novas zonas eleitorais e/ou postos de atendimento ao eleitor, a reestruturação organizacional ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quaisquer circunstâncias contingenciais supervenientes à assinatura contratual.

8.4.3. Assim, considera-se a possibilidade de termo aditivo com percentual superior ao permitido pela legislação (25%), que por força dos §§ primeiro e segundo do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93 nos é imputado. Em **situações excepcionais**, pode-se considerar a Decisão Plenária do TCU n. 215/99, pela qual acena favorável que, devidamente justificada, a inobservância dos limites acima citados pode ser acatada.

8.4.4. Eventuais supresões superiores ao limite definido no § 1º, serão objeto de acordo entre as partes, na forma do § 2º, II, do mesmo artigo 65 da Lei de Licitações.

8.5. DAS VEDAÇÕES:

8.5.1. Tratando-se de faculdade conferida pelo no art. 72 da Lei n. 8.666/93, fica **vedada a subcontratação** dos Serviços de Comunicação Multimídia (SCM) para os **Links de Acesso a Internet Dedicados (itens 01 e 02)**, devendo a contratada possuir infraestrutura própria para prestá-lo fim-a-fim, ou seja, do Data Center do TRE-RO até aos Sistemas Autônomos (AS);

8.5.2. **Será admitida a subcontratação para os itens 03 e 04**, neste caso a CONTRATADA será a única responsável pela entrega dos serviços ao TRIBUNAL, conforme especificado neste Termo de Referência;

8.5.2.1. A CONTRATANTE não fará interações técnicas nem administrativas com a subcontratada.

9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Além de outras obrigações previstas neste Instrumento no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da Contratante:

9.1.1.1. Cumprir e fazer cumprir todas as condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos e na proposta da Contratada;

9.1.1.2. Expedir Ordem de Serviço determinando à Contratada a execução dos serviços instalação, alteração de endereço e desinstalação de link;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.1.3. Receber provisoriamente os serviços de instalação dos links no ato de sua entrega pela Contratada, mediante aferição da largura de banda instalada no local e emissão de Termo de Recebimento Provisório expedido pelo Fiscal do Contrato.

a) somente será recebida instalação que a aferição de largura de banda resulte em velocidade igual ou superior ao previsto;

b) recusar os serviços entregues em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Edital, na proposta da Contratada e no Contrato ou que apresentem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, mediante expedição de Termo de Recusa de Serviços emitido pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, do qual deverá constar o motivo da recusa, prazo para correção dos serviços e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento dessa obrigação;

c) o recebimento provisório dos serviços não implica sua aceitação.

9.1.1.4. o recebimento definitivo dos serviços de instalação se dará automaticamente no prazo de 03(três) dias úteis, sem que tenham havidos registros de interrupção dos serviços.

9.1.1.5. prestar as informações/esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução dos serviços contratados;

9.1.1.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando nos autos as falhas detectadas e comunicando à contratada quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

9.1.1.7. Notificar a contratada para cumprir obrigação assumida com a assinatura do contrato, dando-lhe o prazo que entender compatível para o adimplemento, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

9.1.1.8. analisar e conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo de execução ou de correção dos serviços;

9.1.1.9. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.1.10. tomar todas as medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação (edital e contrato) para garantir a plena execução dos serviços contratados e todas as demais obrigações estabelecidas pelo contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. Além das demais obrigações previstas no Edital de Pregão e seus anexos, são obrigações da Contratada:

9.2.1.1. Executar o objeto do Contrato de acordo com as especificações, condições, preços e prazos estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, em sua proposta e no Contrato, em especial no que se refere às características dos equipamentos que compõem a infraestrutura de prestação dos serviços e aos procedimentos de implantação e características dos links de comunicação necessários à execução dos serviços;

9.2.1.2. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

9.2.1.3. Instalar ou alterar o enderço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.4. Manter o serviço funcional e sem interrupções, contados da entrega formal da instalação;

a) O transcurso de 03(três) dias úteis sem registro de interrupção dos serviços é condição para que seja efetuado o recebimento definitivo da implantação.

b) Em caso de interrupção do funcionamento do serviço neste período, o prazo será interrompido e reiniciada a contagem;

c) Serão admitidas apenas duas ocorrências interrupções dos serviços com o reinício de contagem do período sem aplicação de sanções administrativas;

d) No caso de links instalados para atender períodos curtos e pré determinados, a interrupção dos serviços que prejudique o andamento dos serviços poderá caracterizar inexecução contratual.

9.2.1.5. Prestar suporte técnico, durante toda a vigência do contrato, por meio de telefone do tipo 0800, aplicativo de mensagem, sitio eletrônico e/ou e-mail, com a finalidade de resolver problemas de funcionamento ou orientar o TRE-RO quanto à perfeita utilização dos serviços contratados, durante 24 horas por dia e 07 dias por semana, incluindo fins-de-semana e feriados;

9.2.1.6. Solucionar os problemas de funcionamento dos serviços nos prazos máximos estipulados no objeto, contados da abertura do chamado para prestação do suporte técnico;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.1.7. Garantir os requisitos de **qualidade e disponibilidade** estipulados no objeto, sob pena de aplicação dos descontos previstos nas regras do Acordo de Nível de Serviço;

9.2.1.8. Realizar as alterações de endereço dos links nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.9. Desinstalar links, com o devido recolhimento dos equipamentos, nos prazos especificados no objeto, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

9.2.1.10. Apresentar, até o 5º dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços executados e os respectivos valores de cada um deles, devendo o vencimento da referida Nota Fiscal/Fatura ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis, contados da sua apresentação;

a) A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, poderá ser encaminhada através do correio eletrônico contratosti@tre-ro.jus.br ou disponibilizada para download em sitio eletrônico, desde que haja notificação à contratante na data em que a NF/fatura for disponibilizada;

9.2.1.11. Dirigir à Gestão do Contrato eventuais pedidos justificados de prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações;

9.2.1.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. Eventuais acréscimos superiores a esse percentual, em situações excepcionais, obedecerão aos requisitos definidos na Decisão Plenária do TCU n. 215/99. As supressões acima desse limite poderão ocorrer por acordo entre as partes;

9.2.1.13. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.14. Cumprir determinação do Fiscal do Contrato para adimplemento de obrigação assumida com a celebração do ajuste, no prazo determinado na notificação, sob pena de aplicação de penalidades caso persista, de forma injustificada, a inadimplência;

9.2.1.15. assinar, junto com o contrato, os **Termo de Responsabilidade e Sigilo** e apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal ou gestor;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.2.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Contratante;

9.2.1.17. Responder, nos termos do Artigo 70, da Lei n. 8.666/93, por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais causados ao contratante ou a terceiros, por seus empregados, prestadores de serviços e prepostos, em atividade nas dependências do contratante ou outras a seu mando, desde que fique comprovada a responsabilidade;

9.2.1.18. Assumir total responsabilidade pelo controle de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias que contrair em razão da prestação de serviços;

9.2.1.19. Não admitir no seu quadro societário, de funcionários ou prestadores de serviços, funcionário ou membro da administração do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ainda que em gozo de licença não remunerada nas hipóteses em que couber, mesmo na condição de subcontratado;

9.2.1.20. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente.

9.3 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

9.3.1. O ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS é o ajuste estabelecido entre o órgão contratante e a contratada prestadora dos serviços, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

9.3.2. O principal instrumento de controle utilizado durante a execução contratual será a **“Avaliação da qualidade da prestação dos serviços pela contratada”**;

9.3.3. A verificação do cumprimento da qualidade e disponibilidade mínimas definidos neste instrumento, será feita com base no monitoramento da ferramenta do Contratante e/ou de ferramenta similar oferecida pela contratada;

9.3.4. O Período de Não Funcionamento do Enlace - PNF será registrado em minutos, sendo iniciado a partir do momento da indisponibilidade do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

enlace e encerrado no momento aceite da manutenção (fechamento do chamado) efetivado pela fiscalização do Contrato;

9.3.5. O somatório dos PNF será o tempo considerado como base para avaliar o cumprimento da disponibilidade mínima mensal dos serviços contratados;

9.3.6. Quando o somatório dos PNF, no mês, for menor ou igual a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto obtido da seguinte forma:

$$\frac{VD}{DM} = [\frac{VMAE}{DM} \times \Sigma PNF]$$

Onde

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)

9.3.7. Quando o somatório dos PNF, no mês, for superior a indisponibilidade mensal admitida, o valor referente a esse período de indisponibilidade será descontado do valor contratado, sendo o valor do desconto referente ao tempo de indisponibilidade que extrapolar esse percentual o dobro do valor contratado, obtido da seguinte forma:

$$\frac{VD}{DM} = [\frac{VMAE}{DM} \times (1 - DMC) \times DM] + 2 \times \{ \frac{VMAE}{DM} \times [\Sigma PNF - (1 - DMC) \times DM] \}$$

Onde ,

VD = Valor do desconto

VMAE = Valor mensal da assinatura do enlace

DM = Disponibilidade mensal (quantidade de dias do mês x 1.400 minutos)

DMC = Disponibilidade mensal contratada (conforme especificado no objeto)

Σ PNF = Somatório de todos os Período de Não Funcionamento do Enlace – PNF no mês (em minutos)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3.8. Não serão computados no PNF os minutos de paradas programadas, solicitadas com antecedência mínima de 72h a contratante, que poderá indeferir o pedido em razão de conflito do período com atividades essenciais do órgão.

9.4 DO PAGAMENTO:

9.4.1. O pagamento do objeto será efetuado mensalmente, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 10 dias corridos contado da data em que for devidamente atestada a Fatura/Nota Fiscal pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

9.4.2. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar, até o 5º dia do mês subsequente à execução dos serviços, Nota Fiscal/Fatura, preferencialmente, na forma eletrônica, discriminando os serviços mensais e/ou eventuais executados e os respectivos valores de cada um deles, comprovando, sempre que solicitado, regularidade junto ao SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sendo que a regularidade junto ao SICAF, poderá ser suprida pela apresentação de comprovação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3. A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser apresentada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos antes da data de seu vencimento, para que o Gestor ou Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite;

9.4.4. A Nota Fiscal/Fatura, na forma eletrônica, deverá ser encaminhada para o e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pela contratante;

9.4.4.1. A Nota Fiscal/Fatura poderá ser disponibilizada em sistema WEB, desde que envie notificação, sempre que uma nova fatura for disponibilizada, ao e-mail contratosti@tre-ro.jus.br ou outro informado pela contratante;

9.4.4.2. Poderá haver faturamento proporcional (pró-rata) da data de instalação do link até o fechamento do período de faturamento ou do início do período até a desativação do link;

9.4.4.3. Quando do faturamento pró-rata, a contratada deverá fazer constar na fatura o período de faturamento e respectiva localidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4.4.4. Nos casos de links eventuais de acesso à Internet banda larga que forem utilizados por período inferior a 15 dias, o pagamento será de 50% (cinquenta por cento) da respectiva mensalidade;

9.4.5. Quando da execução de serviços de instalação, o faturamento dos mesmos deverá ser incluído na fatura do mês de referência com a devida descrição e indicação da localidade atendida;

9.4.6. Os descontos referentes aos Períodos de Não Funcionamento do Enlace – PNF, conforme previsto neste instrumento, deverão ser contemplados nas faturas apresentadas, caso isso não ocorra, esses valores serão glosados no momento do pagamento;

9.4.7. Caso a contratada não apresente regularidade perante a Fazenda Federal, Justiça Trabalhista, à Seguridade Social (INSS) ou ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o fiscal do contrato notificará a empresa para regularização da situação, dando prazo para cumprimento da determinação, sujeitando-se a contratada, no caso de não adimplir essa obrigação, à penalidade prevista para o não cumprimento da determinação do fiscal do contrato;

9.4.8. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida;

9.4.9. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

9.4.10. Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de decadência;

9.4.11. Valores relativos à obrigações financeiras decorrentes de aplicação de penalidade pela Administração poderão ser descontados de pagamentos devidos à contratada, até que as penalidades sejam liquidadas;

9.4.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) I = 0,00016438$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.4.13. A compensação financeira prevista deverá ser incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do Edital de Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas leis . 10.520/02 e n. 8.666/93.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/05, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

10.2.1. quando, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Termo de Contrato;

10.2.2. deixar de entregar documentação exigida no edital;

10.2.3. apresentar documentação falsa;

10.2.4. não mantiver a proposta;

10.2.5. comportar-se de modo inidôneo;

10.2.6. fizer declaração falsa;

10.2.7. cometer fraude fiscal;

10.2.8. ensejar o retardamento da execução do objeto do certame; e

10.2.9. falhar ou fraudar na execução do contrato.

10.3 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas em decorrência da assinatura do contrato, garantida a ampla e prévia defesa,

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sujeitará a contratada à multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, **sem prejuízo da possibilidade de declaração da inexecução parcial ou total do contrato**, na seguinte forma:

Tabela 5 - Penalidades				
TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
Atraso injustificado de 1(um) a 10(dez) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 10(dez) dias.	Valor instalação do link afetado
Atraso injustificado de 11(onze) a 30(trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, até o limite de 20(vinte) dias.	Valor instalação do link afetado e valor do contrato
Atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na instalação de link dedicados (item 01 ou 02).	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da instalação do link + Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o	Valor instalação do link afetado e valor do contrato

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFERÊNCIA
			valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	
Terceira interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	BAIXA	Multa de 5% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quarta interrupção dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 10% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Quinta e demais interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE	Mora contratual	ALTA	Multa de 20% (dez por cento)	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) por hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
problemas de funcionamento dos serviço.				
Atraso injustificado de 6(seis) a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 5% (cinco por cento) + multa de 2% (dois) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado superior a 10 (dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços.	Mora contratual	ALTA	Multa de 15% (quinze por cento) + multa de 3% (três por cento) a hora, até o momento da solução do problema de funcionamento, até o limite de 60% do valor da mensalidade.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(uma) a 5(cinco) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviço durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 5% (dois por cento) a hora, até o limite de 5(cinco) horas.	Valor da mensalidade do link afetado

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
Atraso injustificado de 6(seis) a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Mora contratual	ALTA	Multa de 25% (vinte por cento) + multa de 0,2% (vinte centésimos por cento) a hora, até o limite de 10(dez) horas.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Atraso injustificado superior a 10(dez) horas na solução de problemas de funcionamento dos serviços durante o período eleitoral.	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da assinatura do link + Multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da mensalidade do link afetado e Valor do contrato
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal durante 5(cinco) meses não consecutivos	Inexecução contratual	BAIXA	Multa de 10%	Valor da mensalidade do link afetado

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
em um período de 12(doze) meses.				
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por dois meses consecutivos.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 20%	Valor da mensalidade do link afetado
Não atendimento à disponibilidade mínima mensal por três meses consecutivos.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 30%	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 1(um) a 3(três) dias na instalação de links banda larga.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o limite de 3 (três) dias.	Valor da mensalidade do link afetado
Atraso injustificado de 4(quatro) a 7 (sete) dias na instalação de links banda larga.	Inexecução contratual	MÉDIA	Multa de 3% (três por cento) + multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 4(quatro) dias.	Valor da mensalidade link afetado
Atraso injustificado superior a 7(sete) dias na	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 11% (onze por cento) sobre o valor da	Valor da mensalidade do link afetado e

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
instalação de links banda larga.			mensalidade + multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.	valor do contrato
Interrupções dos serviços durante o Período de Funcionamento Experimental – PFE de links Banda Larga que prejudique o andamento das atividades	Inexecução contratual	ALTA	Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da ordem de serviço para o link afetado + Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor da ordem de serviço do link afetado e valor do contrato
Primeiro atraso injustificado de 3(três) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	BAIXA	Multa de 0,5%	Valor do contrato
Segundo atraso injustificado de	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 1%	Valor do contrato

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tabela 5 - Penalidades

TIPO	PENALIDADE	GRAVIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA	VALOR DE REFÊRENCIA
05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.				
Terceiro atraso injustificado de 05(cinco) dias no cumprimento de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato.	Mora contratual	MÉDIA	Multa de 2%	Valor do contrato
Quarto atraso injustificado de 05(cinco) dias ou primeiro atraso superior a 7(sete) dias.	Inexecução contratual	ALTA	Multa de 5% + Sanções do Art. 87 da Lei 8.666/93.	Valor do contrato

10.4 Poderão ser aplicadas à licitante vencedora, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

10.4.1. advertência;

10.4.2. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

10.4.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.5 As sanções previstas neste capítulo **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**, deste instrumento, poderão ser aplicadas de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital;

10.6 Da aplicação de penalidades será garantido o direito do contraditório e da ampla defesa;

10.7 No caso de a adjudicatária ou contratada ter valor a receber deste Tribunal e não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.(Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011);

10.8 No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a Contratada não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRE-RO 05/2009);

10.9 No caso de a contratada não ter nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação aplicada será recolhido através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

10.10 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei n. 10.522/02);

10.11 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin),



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2;

10.12 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante;

11. DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. O Coordenador de Segurança, Infraestrutura e Comunicação, ou seu substituto ficará responsável pela gestão do contrato;

11.2. A Seção de Infraestrutura e Comunicação ficará responsável pela fiscalização do contrato;

12. DOS ANEXOS

12.1. São anexos deste TR:

12.1.1. Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços ([0877427](#));

12.1.2. Anexo II - Localidades atendidas ([0877694](#))

12.1.3. Anexo III - Termo de responsabilidade e sigilo ([0888932](#))



Documento assinado eletronicamente por **FILIPPE TEIXEIRA, Coordenador(a)**, em 04/10/2022, às 10:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 10:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Azevedo Andrade Júnior, Chefe de Seção**, em 04/10/2022, às 11:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO HENRIQUE BARRETO MARROCOS, Chefe de Seção em Substituição**, em 04/10/2022, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0892767** e o código CRC **CA92543E**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0892767v15



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002624-28.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COSEIC/SESTIC

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de links para acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022 – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 213 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado ainda no ano de 2021 pela Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, tendo como objeto a contratação de links para acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022, consoante a Certidão n. 15/2021 SEGOVTIC ([0724055](#)).

02. No Documento de Oficialização da Demanda n. 0724056/2021 - PRES/DG/STIC/CSCOR/SEGOVTIC ([0724056](#)), o Secretário da unidade demandante (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC), descreveu a necessidade de contratação para "*acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022*", indicou os integrantes, demandante e técnicos, para compor a equipe de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

planejamento da contratação, e explicitou os resultados a serem alcançados com a adoção da solução de tecnologia da informação e comunicação – STIC pretendida. Ainda, solicitou a indicação de integrante administrativo pelo Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade e a análise da demanda pela Diretora-Geral, e, caso aprovada, a publicação da portaria instituindo a equipe de planejamento da contratação.

03. O Secretário da SAOFC indicou o integrante administrativo, conforme Despacho n. 1367/2021 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0726812](#)) e a Diretora-Geral autorizou a expedição de portaria instituindo a equipe de planejamento de contratação pretendida, consoante Despacho n. 1076/2021 – PRES/DG/GABDG ([0727841](#)).

04. À vista disso, a equipe foi designada pela Portaria n. 149/2021 ([0727848](#)), com a seguinte constituição: Eduardo Gil Tivanello (responsável pela demanda); Ruzevan Saraiva da Silva (integrante demandante); Filipe Teixeira e Pedro Barreto Marrocos (integrantes técnicos); e Roberto Azevedo Andrade Júnior (integrante administrativo).

05. Para instrução do feito, foram juntados aos autos do processo os seguintes documentos:

a) Análise Viabilidade n. 0832627 / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC ([0832627](#));

b) Sustentação do Contrato n. 0832628 / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC ([0832628](#));

c) Estratégia para Contratação n. 0832629 / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC ([0832629](#));

d) Análise de Riscos n. 0832632 / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC ([0832632](#));

06. Em seguida, juntou-se o Termo de Referência n. 03/2022 - SEINC ([0868064](#)), Anexo I - Modelo padrão de proposta de preços ([0877427](#)), Anexo II - Localidades atendidas ([0877694](#)), Anexo III - Termo de responsabilidade e sigilo ([0888932](#)), Pesquisa de preços banco de preços ([0888317](#)), documentos da cotação de preços realizada pela Equipe nos eventos [0888322](#), [0888325](#) e [0888331](#), os quais lastrearam a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação de R\$ 4.903.838,27 (quatro milhões, novecentos e três mil oitocentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos) ([0888590](#)).

07. Dando continuidade ao procedimento, mediante Despacho 2225/2022 – GABSAOFC ([0889132](#)), o titular da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SAOFC determinou sua regular tramitação, com remessa à COFC para programação orçamentária da possível despesa, após, à SAC para análise do Termo de Referência e seus anexos e da Informação Conclusiva do Valor Estimado, após, à SECONT para juntar a minuta de instrumento contratual, e, por fim, a esta unidade jurídica para análise da contratação pretendida e emissão de parecer.

08. Através da Remessa n. 64/2022 - SAC ([0889914](#)), o Servidor Roberto Azevedo Andrade Júnior registrou que, por integrar a Equipe de Planejamento de Contratação de TIC e considerando que ele é o responsável por assinar os documentos analisados pela SAC, não havendo outro servidor lotado para distribuir o feito, remeteu os autos à COMAP para providência. Por sua vez, a COMAP analisou o TR n. 3/2022 e concluiu que o TR e seus documentos complementares encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0889374](#)).

09. A COFC, por meio da Informação n. 265/2022 - COFC ([0890239](#)) solicitou a indicação de fonte no orçamento de Pleitos Eleitorais para suplementação do item de despesa Contratação links de comunicação adic. p/ ambientes apuração, comissões e transm. de resultados, plano interno UEL APOIO, Pleitos Eleitorais e registrou:

Informa-se que o item de despesa do planejamento orçamentário Contratação links de comunicação adic. p/ ambientes apuração, comissões e transm. de resultados, plano interno UEL APOIO, Pleitos Eleitorais, conta com saldo de apenas **R\$ 6.310,00** (seis mil trezentos e dez reais), após os ajustes no planejamento orçamentário dessa STIC, objeto da Remessa 129 ([0820672](#)).

Com isso, solicita-se a indicação de fonte no orçamento de Pleitos Eleitorais para suplementação desse item de despesas, no montante de **R\$ 46.440,00** (quarenta e seis mil quatrocentos e quarenta reais), com vistas a possibilitar a programação/reserva orçamentária.

Em resposta, A ASGOVTIC indicou a fonte do orçamento através da Informação n. 20/2022 ([0890277](#)), com o ajuste no planejamento orçamentário autorizado pelo Despacho n. 2250/2022 - GABSAOFC ([0890324](#)).

10. Na data de 02/09/2022, sobreveio o Despacho 1397/2022 - COFC ([0891288](#)), no qual o coordenador dessa unidade registrou que trata-se de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e apontou erro de cálculo no item 6.1 do TR, e, após, através da Informação n. 269/2022 ([0891296](#)), registrou:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Processo de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, conforme TR/PB supra referenciado.

Trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2023 para o qual **não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2023, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023** e da abertura do exercício 2023 com a consequente disponibilização no SIAFI, dos créditos aprovados na LOA 2023 pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF.

Em complemento, registra-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no processo nº [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação.

11. Em seguida, vieram aos autos as Programações Orçamentárias nos eventos [0891329](#) e [0891334](#).

12. Na data de 04/10/2022 vieram aos autos novo **Termo de Referência n. 2/2022 - COSEIC ([0892767](#))**, Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0893052](#)) no valor de **R\$ 1.312.029,60** (um milhão, trezentos e doze mil vinte e nove reais e sessenta centavos), Anexo I - Modelo padrão de propostas ([0911950](#)), Anexo II - Localidades atendidas ([0911953](#)), Anexo III - Termo de responsabilidade e sigilo ([0911957](#)).

13. Por meio da Remessa n. 38/2022 - COSEIC ([0911967](#)), o coordenador da COSEIC submeteu o ETP aprovado anteriormente e o TR alterado ao Sr. Secretário da STIC, para caso aprovado, fosse encaminhado ao GABSAOFC. Registrou ainda as alterações no TR, com a remoção dos itens 5 e 6, bem como na revisão dos quantitativos e execução, visto não ser possível atender às Eleições 2022. Por sua vez, após aprovação do TR alterado, a STIC encaminhou os autos à SAOFC, para reforço das programações orçamentárias ordinárias e anulação das programações orçamentárias de pleitos ([0911993](#)).

14. No dia 05/10/2022 a SAOFC, através do Despacho n. 2710/2022 - GABSAOFC ([0913232](#)), determinou o envio dos autos à COFC para atualizar a programação orçamentária ([0891329](#)), anulação da programação orçamentária de pleitos juntada no evento ([0891334](#)), após, à SAC para análise do TR e seus anexos e da Informação conclusiva do valor estimado, após, à SECONT para juntar minuta de instrumento contratual, e, por fim, a esta assessoria jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

15. Em seguida, o Coordenador da COFC solicitou autorização para realização de ajuste no planejamento orçamentário ([0914087](#)), autorizado pela SAOFC, conforme Despacho n. 2724/2022 - GABSAOFC ([0914093](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Para cumprimento do Despacho 2710/2022 - GABSAOFC, a SPOF juntou aos autos a baixa de Programação ([0914746](#)) e a Programação complementar ([0914767](#)) - porque foi mantida a programação inicial que consta do evento [0891334](#) - na qual informou que:

1. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

2. Proposta orçamentária 2022 registrada no processo nº **0003698-54.2020.6.22.8000**.

17. Por sua vez, a Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Termo de Referência, mediante sua Coordenadora, considerou regular o instrumento acima citado (Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico n. 220/2022 – [0920173](#)), nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

18. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

19. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002624-28.2021.6.22.8000) até a presente data.

20. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

21. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – DA ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da regularidade na formação do processo de contratação de Solução de TIC.

23. Como condição prévia para a análise, e em se tratando de STIC, forçoso nos reduzir à obediência da Resolução nº 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário.

24. No tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 do referido normativo, observa-se que todos foram elaborados pela equipe de planejamento:

- ANÁLISE VIABILIDADE N. [0832627](#) / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC;
- SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO N. [0832628](#) / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC;
- ESTRATÉGIA PARA CONTRATAÇÃO N. [0832629](#) / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC;
- ANÁLISE DE RISCOS N. [0832632](#) / 2022 - PRES/DG/STIC/COSEIC/SEINC.

25. A contratação pretendida está inscrita no Plano de Contratações de TIC 2022 ([0715308](#)) deste Tribunal, conforme item 3 do evento [0724056](#), nos termos do art. 7º da Resolução citada, e, para o cumprimento do § 1º do art. 13 da norma em comento, o Termo de Referência n. 2/2022 - COSEIC ([0892767](#)) e os documentos relacionado acima foram aprovados pelo titular da área demandante, mediante Remessa n. 390/2022 – PRES/DG/STIC/GABSTIC ([0911993](#)).

26. Assim, quanto ao procedimento previsto pela norma mencionada, as diretrizes específicas foram integralmente observadas no caso em tela.

3.2 – DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19.

28. Em vista do que disciplinam os referidos artigos, a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

29. Porém, pelo comando do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência n. 8/2022-SSI ([0912908](#)) por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise de conformidade realizada pela SAC ([0913401](#)).

30. De acordo com o referido **art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, na definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, são vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame, condição necessária para aferição da licitude da competição.

31. Quanto a esse requisito, pela definição do objeto estabelecido no Termo de Referência n. 2/2022 - COSEIC ([0892767](#)), verifica-se que os padrões de desempenho e qualidade dos equipamentos pretendidos podem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa, já que o serviço a ser contratado é usualmente comercializado no mercado.

32. Quanto à definição da modalidade de licitação, o **Tribunal de Contas da União**, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

33. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

34. Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns, requisito definido pelo **parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2022, veja-se:**

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

35. Na mesma linha, é a redação do novel **Decreto Federal n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, que, de igual forma, também traz sua definição para “bens e serviços comuns”, na qual apenas acresceu a característica de reconhecibilidade das especificações pelo mercado, veja-se:**

Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

36. Por sua vez, o enquadramento do objeto como "comum" é apontado pela unidade autora do TR – conhecedora das especificidades dos serviços que se pretendem contratar - no capítulo 7, item 7.1. Na forma do **Acórdão TCU n. 817/2005-Primeira Câmara, é mesmo faculdade do Administrador aferir se o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do procedimento licitatório. Até porque, apenas escapa dessa classificação as obras e os bens e serviços especiais que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados comuns, na redação do **Decreto n. 10.024/2019**.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

37. Após superada a análise quanto à caracterização do objeto da contratação assinalar-se como comum, mister se faz destacar, para o presente caso, a inaplicabilidade da regra prevista no **§ 4º do artigo 45 da Lei n. 8.666/93**, que dita que a licitação do tipo técnica e preço deve ser utilizada exclusivamente para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual, eis que a legislação referente ao pregão não veda o uso dessa modalidade licitatória para os bens e serviços de informática passíveis de serem enquadrados como de natureza “comum”.

38. Até o advento do Acórdão n. 2.471/2008-Plenário, o TCU oscilava quanto a obrigatoriedade ou não da adoção da modalidade pregão na contratação de bens e serviços comuns de TI. A partir da referida deliberação, firmou-se entendimento no sentido da obrigatoriedade da utilização do pregão quando o bem ou serviço de TI for considerado comum. Veja-se:

(...)

9.2.1. A licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, ou seja, aqueles que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica. Quando, eventualmente, não for viável utilizar essa forma, deverá ser anexada a justificativa correspondente (Lei nº 10.520/2002, art. 1º; Lei nº 8.248/1991, art. 3º, § 3º; Decreto nº 3.555/2000, anexo II; Decreto nº 5.450/2005, art. 4º, e Acórdão nº 1.547/2004 – Primeira Câmara);

9.2.2. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º);

9.2.3. Bens e serviços de TI cuja natureza seja predominantemente intelectual não podem ser licitados por meio de pregão. Tal natureza é típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos;

9.2.4. Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de tecnologia da informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º, e Acórdão nº 1.114/2006 – Plenário);

9.2.5. Nas aquisições mediante Pregão, o gestor deve avaliar a complexidade demandada na preparação das propostas pelos eventuais interessados e buscar definir o prazo mais adequado entre a data de publicação do aviso do Pregão e a de apresentação das propostas, a qual nunca poderá ser inferior a 8 dias úteis, de modo a garantir a isonomia entre os interessados que tenham acessado especificações do objeto antecipadamente, por terem colaborado na fase de planejamento pelo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecimento das informações mercadológicas e técnicas necessárias, e os demais interessados. Desse modo, procurar-se-á ampliar a possibilidade de competição (Lei nº 8.666/1993, art. 3º; Lei nº 10.520/2002, art. 4º, V, e Acórdão nº 2.658/2007 – Plenário);

9.2.6. **A decisão de não considerar comuns determinados bens ou serviços de tecnologia da informação deve ser justificada nos autos do processo licitatório.** Nesse caso, a licitação não poderá ser do tipo “menor preço”, visto que as licitações do tipo “menor preço” devem ser realizadas na modalidade Pregão. [...]

39. Observa-se, portanto, o TCU considera, via de regra, os bens e serviços de TIC como comum, sendo, conseqüentemente, suas aquisições por meio de pregão. Caso esteja presente a inviabilidade desta modalidade licitatória, tal situação deve ser motivada nos autos, pois se trata de exceção.

40. Assim, considerando que o valor estimado de **R\$ 1.312.029,60** (um milhão, trezentos e doze mil vinte e nove reais e sessenta centavos) extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, do tipo menor preço global, **por item**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019**, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019** (situação que não foi noticiada neste processo).

3.3 – DO VALOR ESTIMADO

41. Acerca do valor estimado, é necessário fazer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

42. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento ([0893052](#)), estando os requisitos da estimativa inseridas nesse documento após pesquisa de preços levada a cabo pela Equipe de Planejamento e comprovada pela juntada dos documentos ao processo ([0888317](#), [0888322](#), [0888325](#) e [0888331](#)).

43. O referido documento registra que, para a estimativa, a unidade utilizou-se do painel de preços, de aquisições e contratações similares de outros entes públicos e ainda, da pesquisa direta com fornecedores para alguns itens da contratação, assim justificada pela Equipe de Planejamento:

Considerando a especificidade dos itens 04, 05 e 06, em especial de suas abrangências, não foram encontrados contratos com administração pública compatíveis com a contratação, de forma que considerou-se para a estimativa apenas as propostas recebidas de fornecedores locais.

44. Assim, a análise das informações extraídas desse documento revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal. Ainda, assenta-se que esse procedimento se encontra agora disciplinado pela **Instrução Normativa SEGES n. 65, de 7 de julho de 2021**, com diretrizes bastantes semelhantes, mas que excepciona sua aplicação aos processos instaurados sob a égide da Lei n. 8.666/93, veja-se:

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, todos os procedimentos administrativos autuados ou registrados sob



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2001, e da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, incluindo contratações e eventuais renovações ou prorrogações de vigências respectivas. (sem destaques no original).

3.4 – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

45. Em cumprimento à legislação aplicável, detalhada no Capítulo 4 do TR, acertadamente e dentro da realidade específica do objeto pretendido, o TR registra a exigência de cumprimento de critérios de sustentabilidade ambiental, definidos pelo Art. 5º, da Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, todos listados no item 4.6 do documento. Andou bem, ainda, quando estabeleceu no item 4.7 que para atendimento dos requisitos poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

3.5 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

46. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

47. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

48. Para o **item 03**, embora o valor estimado esteja em patamar inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a equipe de planejamento justificou que não poderá ser destinado exclusivamente às ME/EPP's para não restringir a competição do objeto e registrou no item 7.2.1 do TR:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Há um mercado bastante restrito entre essa categoria econômica de empresas e a destinação exclusiva também impediria a participação de empresas de maior porte existentes nesse mercado. Os dois fatores reunidos recomendam o afastamento da regra porque certamente restringirá o caráter competitivo do certame o que, em última análise, não será vantajoso à Administração, situação que se amolda à exceção contida no art. 49, III, da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

Os demais itens do futuro certame superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e a unidade registrou no item 7.2.2 do TR:

Os serviços especificados nos demais itens superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) porém, não são tecnicamente divisíveis porque, embora mensurados em diversas mensalidades, não há possibilidade de instalação e ativação do serviço por uma empresa e em determinado mês efetuar a mudança da empresa durante a execução do objeto, tampouco a execução por localidade seria possível, visto que o quantitativo de mensalidades é estimativo e tem sua execução flexível, de forma que a destinação de percentual do objeto para contratadas distintas poderia prejudicar a execução, resultando em aditivos contratuais futuros.

Dessa forma, **não** terá aplicação o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com fundamento no art. 49, III, da LC 123/2006 e pelo art. 10, II do Decreto n. 8.538/2015, estando afastada, dessa forma, a reserva de cotas.

49. Contudo, a equipe assevera que as ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

3.6. Dos demais elementos do TR:

50. O Termo de Referência registra ainda os demais elementos trazidos pelo **art. 3º, inciso XI do Decreto Federal n. 10.024/2019**, a saber: **a)** documento de verificação da qualificação técnica, item 7.5.1.1; **b)** condições de entrega/aceitação do objeto, item 9.1.1.3 e 9.1.1.4; **c)** o prazo para execução e vigência do contrato, item 8.2.4; **d)** os deveres do contratado e do contratante - Capítulo 9; **e)** as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara, capítulo 10; e **f)** os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, capítulo 11. Todos os requisitos citados foram inseridos no documento técnico e seus anexos, motivo pelo qual pode-se afirmar que o TR contempla os elementos essenciais exigidos no referido disposto regulamentar.

IV – DA CONCLUSÃO

51. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Pelos fundamentos de fato e de direito expostos no item 3.1 deste parecer, pela regularidade da fase de planejamento da Solução de TIC pretendida, em harmonia com o procedimento da **Resolução CNJ n. 182/2013**;

II - considerando o conteúdo do **Termo de Referência n. 2/2022 - COSEIC (0892767)**, também analisado e considerado regular pela unidade competente ([0920173](#)), conclui-se que o instrumento parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (inciso II do art. 14 do mesmo regulamento);

II – pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão, na sua forma eletrônica, menor preço global, por item**, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;

Registre-se que, conforme já apontado no **item 11 e 17 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2022, com a programação dos valores previstos para execução no exercício corrente ([0914746](#)) e ([0914767](#)) e informação de previsão de execução da despesas no exercício financeiro de 2023 ([0891296](#)).

III - deverá ser adotado o modo de disputa por **LANCES ABERTOS**, **devendo o edital registrar, ainda, o intervalo mínimo entre os lances**, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

IV - Afastamento do regime diferenciado das ME/EPP's, em razão do preço estimado e pelas características dos objetos explicitados nos item 45 deste parecer e itens 7.2.1 e 7.2.2 do TR, sendo inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, com fundamento no art. 49, III, da LC 123/2006 e pelo art. 10, II do Decreto n. 8.538/2015;

V - aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 4 do TR e apontado no **item 38 deste parecer**;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

52. Destaca-se que a minuta do contrato que regulará os termos da contratação poderá ser analisada por esta unidade jurídica juntamente com a minuta do edital do certame.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Edis Romano Neto, Estagiário**, em 19/10/2022, às 16:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 19/10/2022, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0920654** e o código CRC **58D88130**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0920654v47



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002624-28.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE SEGURANÇA,
INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO

ASSUNTO: Contratação de links para acesso à Internet

DESPACHO Nº 1372 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo que visa a contratação de solução de comunicação de dados para interligar a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia com suas unidades no interior do Estado e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviço de banda larga sob demanda para atender a atividades temporárias e externas às unidades ([0724055](#)).

A atual estrutura de acesso à Internet deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia dispõe de 02 pontos de acesso cujos contratos (CT. n. 15 e n. 16/2017) vencem no final de outubro do corrente ano, e já não admitem renovações, ou seja, faz-se necessária uma nova contratação para os referidos serviços de telecomunicação.

A extinta SEGOVTIC juntou aos autos o Documento de Oficialização da Demanda ([0724056](#)), contendo o registro de que a ação está inscrita no Plano de Contratações de TIC 2022 ([0715308](#)), item 2022-C03.

Para atender aos requisitos de infraestrutura tecnológica estabelecidos pela Resolução CNJ n. 182/2013, juntou-se aos autos os estudos preliminares para aquisição da solução consistentes nos documentos de Análise de Viabilidade ([0832627](#)); Sustentação do Contrato ([0832628](#)); Estratégia para Contratação ([0832629](#)) e Análise de Riscos ([0832632](#)).

Também foram juntados a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0893052](#)) e o Termo de Referência n. 2 ([0892767](#)) e seus anexos, contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

Em cumprimento ao disposto no art. 13, § 1º, da Resolução CNJ n. 182/2013, o Secretário da STIC aprovou os documentos supramencionados ([0888950](#) e [0911993](#))

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 1.312.029,60 (um milhão, trezentos e doze mil vinte e nove reais e sessenta centavos).

De acordo com a COFC, a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a PPA, LDO e LOA referentes ao exercício financeiro 2022, havendo a disponibilidade integral de R\$ 57.180,00 (cinquenta e sete mil cento e oitenta reais) no exercício corrente ([0891288](#) e [0914690](#)), comprovada pelas programações orçamentárias juntadas nos eventos n. [0891329](#) e n. [0914767](#). Quanto a disponibilidade orçamentária para o exercício de 2023, não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023. Entretanto, a proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2023 tramita no Processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão de 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) destinados a despesas com o objeto dessa contratação ([0891296](#)).

A COMAP, em análise do Termo de Referência n. 2 ([0892767](#)) e seus anexos, concluiu que o documento está em consonância com as normas gerais de contratações dispostas no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019, e ainda, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 ([0920173](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela regularidade da fase de planejamento da solução de TIC pretendida, em harmonia com o procedimento da Resolução CNJ n. 182/2013; pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, menor preço global, por item, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19; pela possibilidade de adoção do modo de disputa por lances abertos, devendo o edital registrar o intervalo mínimo entre os lances; pelo afastamento do regime diferenciado das ME/EPPs; e pela aplicabilidade de critérios de sustentabilidade ambiental, conforme registrado no item 4 do TR ([0920654](#))

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço global, por item, e modo de disputa por "lances abertos", com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances; pela inaplicabilidade do regime diferenciado das ME/EPP's; pela aplicabilidade de critérios de sustentabilidade, consoante item 4 do TR; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([0923277](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Além disso, observa-se que o art. 36 da Resolução CNJ n. 468, de 15/07/2022, prevê a revogação da Resolução CNJ n. 182/2013 na data de entrada em vigor da Lei n. 14.133/2021. Todavia, aquela mesma Resolução não se aplica à contratação de bens e serviços de TIC com base na Lei n. 8.666/93, a qual ainda está sendo aplicável às contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

efetuadas por este Tribunal. À vista disso, os estudos preliminares que embasaram a presente contratação foram operados com base na Resolução CNJ n. 182/2013.

Analisando os autos, verifica-se que, no tocante aos documentos essenciais resultantes das etapas do estudo preliminar previstos no §1º do artigo 12 da Resolução CNJ n. 182/2013, observa-se que todos foram assinados pela equipe de planejamento. Além disso, a contratação pretendida está inscrita no Plano de Contratações de TIC 2022 ([0715308](#)) deste Tribunal, conforme item 3 do evento [0724056](#), nos termos do art. 7º da Resolução citada, e, para o cumprimento do § 1º do art. 13 da norma em comento, o Termo de Referência n. 2/2022 - COSEIC ([0892767](#)) e os documentos relacionado acima foram aprovados pelo titular da área demandante ([0911993](#)).

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de serviços definidos como "comuns" pela unidade demandante, de modo que os padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto n. 10.024/19), tem-se como imperiosa a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço global, por item, em cumprimento ao art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/2019.

Quanto à cotação de preços com o mercado fornecedor, a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação, evento n. [0893052](#), demonstra que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.

Com relação à sustentabilidade, o TR registra a exigência de cumprimento de critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento à legislação aplicável, detalhada no item 4.6 do documento, dentro da realidade específica do objeto pretendido.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, verifica-se que, para o item 03, embora o valor estimado esteja em patamar inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a equipe de planejamento justificou que não poderá ser destinado exclusivamente às ME/EPP's para não restringir a competição do objeto. Já os demais itens do futuro certame superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de maneira que não deverá ocorrer aplicação do regime de exclusividade na participação de ME/EPPs, porém não são tecnicamente divisíveis porque, embora mensurados em diversas mensalidades, não há possibilidade de instalação e ativação do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviço por uma empresa e em determinado mês efetuar a mudança da empresa durante a execução do objeto, tampouco a execução por localidade seria possível, visto que o quantitativo de mensalidades é estimativo e tem sua execução flexível, de forma que a destinação de percentual do objeto para contratadas distintas poderia prejudicar a execução, resultando em aditivos contratuais futuros de maneira que não deverá ocorrer aplicação do regime de exclusividade na participação de ME/EPPs. Entretanto, as ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

Ante o exposto, considerando os documentos carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender às demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1 - aprovo o Termo de Referência n. 2, porquanto possua os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0893052](#), em cumprimento ao item 44 da Resolução CNJ n. 215/2015 e do Acórdão TCU n. 2622/2015 – Plenário;

3 - autorizo a licitação na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, menor preço global, por item, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e no § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;

4 - determino a utilização do modo de disputa por "lances abertos", devendo o edital registrar o intervalo mínimo entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto n. 10.024/2019;

5 - determino a inaplicabilidade do regime diferenciado das ME/EPPs, com fundamento no art. 49, inciso III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, inciso II, do Decreto n. 8.538/2015;

6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade, consoante item 4 do TR;

7 - determino a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#).

À STIC para colher assinatura de todos os integrantes da Equipe de Planejamento, designada pela Portaria **149/2021 - PRES/DG/GABDG**, nos documentos juntados nos eventos [0832627](#), [0832628](#), [0832629](#) e [0832632](#)), em atenção ao § 1º do art. 13 da Resolução 182/2013/CNJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Após, à SAOFC para continuidade do feito, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/10/2022, às 10:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0923510** e o código CRC **45D7D853**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0923510v58



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002624-28.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: COSEIC/SESTIC.

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Contratação de links para acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022 – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 257 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado ainda no ano de 2021 pela Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, tendo como objeto a contratação de links para acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022, consoante a Certidão n. 15/2021 SEGOVTIC ([0724055](#)).

02. Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0923510](#)), a minuta do contrato



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0925416](#)) e do edital de pregão eletrônico ([0925418](#)) foram objeto de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 230/2022 ([0926093](#)) para cumprimento da exigência contida no Parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Assim, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 46/2022 ([0926478](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 27/10/2022, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0927564](#)). Não houve pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao edital.

04. Para instrução do feito, veio ao processo os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) relatórios de propostas do sistema COMPARASNET para os 4 itens do certame ([0938700](#));

b) documentos de propostas das licitantes

CLARO S.A - CNPJ 40.432.544/0001-47 ([0938703](#));

FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA (Atual comunicações) - CNPJ: 08.804.362/0001-47 ([0938708](#)).

c) Documentos habilitatórios da licitante CLARO S.A, juntados nos eventos [0938711](#), [0938714](#); [0938718](#); [0938719](#); [0938722](#) e [0938723](#):

d) manifestação da unidade demandante ([0938925](#)) acerca da aceitação da proposta e da regularidade dos documentos da licitante CLARO S.A para o **item 1** do certame;

e) Ata do Pregão Eletrônico ([0940856](#));

f) Resultado por fornecedor ([0940858](#));

g) Termo de adjudicação, demonstrando que **3 itens (2, 3 e 4)** foram **cancelados** na fase de aceitação, todos **FRACASSADOS** ([0940859](#));

h) Comprovantes da publicação do resultado do certame ([0940862](#)).

05. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 30/2022 ([0940871](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0940872](#)). **É o relatório.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 46/2022

2.1 Dos atos do certame

06. Desencadeadas a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação ([0927564](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

07. Passa-se às análises dos atos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: De acordo com o relatório do Pregoeiro, nesta fase não houve desclassificação de propostas.

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0938700](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0940856](#)). Não houve recusa de lances.

d) Aceitação/negociação: Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante do item 5.3 do Relatório elaborado pelo Pregoeiro, complementado pelos demais documentos que constam do processo, do qual se destaca:

d.1) Desclassificação da proposta da licitante CLARO S.A para o item 2 do certame: Correta a decisão do Pregoeiro porque, de acordo com o **item 5.2.3** do edital, os itens 1 e 2 do objeto são mutuamente exclusivos e deverão ser contratados com fornecedores distintos. Em razão disso, caso o mesmo licitante apresente melhor proposta para ambos os itens, DEVERÁ OPTAR POR UM DELES, sendo recusada sua proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para o outro item. Assim, como a licitante ofertou proposta com menor preço para o item 1, decidiu-se pela desclassificação da proposta de maior valor (Princípio da Economicidade);

d.2) Desclassificação da proposta da licitante FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA para o item 2 do certame: Segundo relata o Pregoeiro, no *chat*, a licitante informou que houvera um equívoco quanto a seu entendimento acerca das regras do edital e concordou com a recusa de sua proposta, visto que seria infrutífera a continuidade.

Pelos registros que constam na página 7 da ata do certame, verifica-se que a empresa, após reavaliar as exigências de comprovação para a execução dos serviços, constatou que não "(...) teria infraestrutura própria, sem subcontratação, para prestá-lo fim-a-fim, ou seja, do Data Center do TRE-RO até os sistemas autônomos (AS)." Por tal motivo solicitou a desclassificação da sua proposta para o item 2.

A situação acima narrada encontra previsão no edital do certame. Veja-se:

5.1.2. Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, **salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.**

Conquanto possa ser questionado se a falha na elaboração da proposta em razão da compreensão equivocada das condições para a prestação dos serviços poderia configurar um "motivo justo", a verdade é que a licitante não seria habilitada, razão pelo qual o Pregoeiro, verificando esse fato e ainda diante do pedido expresso da licitante, houve por bem recusar a proposta em relação ao item 1, fato que não alterou o desfecho fracassado desse item, nem gerou prejuízo ao certame ou a seus participantes.

d.3) Desclassificação da proposta da licitante FACHINELI COMUNICAÇÃO LTDA para os itens 3 e 4 do certame: A licitante não apresentou a indicação de localidades atendidas, nos moldes do ANEXO II do edital, exigência que consta do item 5.2.2.1 do edital. Em razão do **formalismo moderado** foi solicitada a apresentação do documento faltante juntamente com a proposta ajustada. Contudo, a licitante não cumpriu a exigência. Dessa forma, correta a recusa da proposta com fundamento no item 8.10."c" do edital.

d.4) Aceitação da proposta da licitante CLARO S.A para o item 1 do certame: após a manifestação da unidade demandante pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regularidade da proposta ([0938925](#)), dentro do valor estimado pela Administração, correta a aceitação pelo Pregoeiro.

e) Cancelados na aceitação: em função dessas ocorrências, **3 itens (2, 3 e 4)** foram **cancelados** na fase de aceitação, todos **FRACASSADOS** ([0940859](#));

f) Fase de Habilitação: A licitante **CLARO S.A** atendeu aos requisitos editalícios de habilitação com a apresentação dos documentos exigidos, sendo assim declarada habilitada e vencedora do item 1 do certame.

De notar-se que o registro de Impedimento de Licitar que consta na página 2 do evento [0938711](#), não tem reflexo neste certame, vez que restrito ao âmbito do **INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.FARROUPILHA / 158127-INST.FEDERAL DE EDUC.**

De fato, tem-se que o âmbito de seus efeitos estão restritos ao órgão sancionador e, portanto, não se estendendo aos demais órgãos da Administração Pública Federal ou de outros entes da Federação. Esse entendimento, que consta expressamente da redação dos editais deste órgão, foi reafirmada mais recentemente pelo **Acórdão n. 269/2019-Plenário**.

g) Do Recurso: Não houve.

08. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do item 1 do objeto licitado à vencedora.**

09. Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0939760](#)).

10. Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei n. 8.666/93, não sendo observada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto para produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

2.2 Dos itens fracassados

11. Conforme já registrado neste parecer e no Termo de adjudicação ([0940859](#)), **3 itens foram cancelados** na fase de aceitação, posto que estaram **fracassados, os itens 3, 3 e 4.**

12. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a **repetição do certame**. Nesse caso específico a COSEIC/SESTIC deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei n. 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

13. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, o qual estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

14. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei n. 8.666/93” (sem grifo no original).

15. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei n. 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

16. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

17. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

18. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

19. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**

III – CONCLUSÃO

20. Pelo exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0940859](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

21. Em função do exposto nos tópicos 11 a 19 deste parecer, reafirmar a possibilidade jurídica de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos 3 itens fracassados neste certame, com base no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para a aquisição dos itens fracassados.

22. A Administração deverá justificar a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.

23. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 18/11/2022, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0941157** e o código CRC **DD4C3F33**.

0002624-28.2021.6.22.8000

0941157v11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002624-28.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 46/2022 - Contratação de links para acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022.

DESPACHO Nº 1477 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado ainda no ano de 2021 pela Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, tendo como objeto a contratação de links para acesso à Internet, em substituição aos contratos atuais que completarão sessenta meses em outubro e novembro de 2022, consoante a Certidão n. 15/2021- SEGOVTIC ([0724055](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 46/2022 ([0926478](#)).

Não houve pedido de esclarecimento, nem impugnação ao edital.

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0938700](#)), a Ata do Certame ([0940856](#)), termo de adjudicação ([0940859](#)) e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0940862](#)). Por fim juntou o Relatório nº 30/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0940871](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0940872](#)).

Mediante Parecer Jurídico n. 257/2022 ([0941157](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0940859](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02. Conforme exposto nos tópicos 11 a 19 daquele parecer, reafirma a possibilidade jurídica de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos 3 itens fracassados neste certame, com base no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para a aquisição dos itens fracassados. Para tanto, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante CLARO S.A., CNPJ n. 40.432.544/0001-47, para o item 1, preço total de R\$ 203.652,85, pois atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários (eventos [0938711](#) e [0938723](#)), com base na manifestação da unidade demandante ([0938925](#)). Os itens 2, 3 e 4 do objeto restaram fracassados.

Não houve registro de intenção de recurso.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0940856](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 46/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0940859](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COSEIC para se manifestar sobre a contratação direta dos itens **2, 3 e 4 (cancelados na fase de aceitação, todos FRACASSADOS)**, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para a aquisição dos itens fracassados.

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 22 do Parecer Jurídico n. 257/2022 ([0941157](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 23/11/2022, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0941608** e o código CRC **235B51AB**.